

M. J.

Instituto Rio Branco/MRE
Biblioteca - IRBr/MRE

Ac 1459

REF. 237342

GUIA DE ESTUDOS

327 (079) "2001"

G 9434

EX: 6

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe Lampreia

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador André Mattoso Maia Amado

ÍNDICE

Edital	9
Programas, bibliografias, orientação para estudo e exemplos de provas:	
- Teste de Pré-Seleção	27
- Português	31
- Inglês	45
- Questões Internacionais Contemporâneas	55
- História	61
- Geografia	79
- Noções de Direito	91
- Noções de Economia	101
- Francês (Recomendação)	109

O presente **Guia de Estudos** é material obrigatório dos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, como dispõe o inciso **1.6.** do Edital.

Constam do **Guia**:

- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e
- os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília (DF), em novembro de 2000.

EDITAL

(publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2000)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna público que estarão abertas, de 02 de janeiro a 09 de fevereiro de 2001, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria Ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador, o qual deverá estar em condições de prestar as informações solicitadas no formulário de inscrição. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

1.1.1. Seguem os endereços onde deverão ser efetuadas as inscrições:

a) **Em Brasília:**

- Instituto Rio Branco, Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5, Lotes 2 e 3, CEP 70170-900, tels: (61) 325-7000/5/6; fax: (61) 322-8355; *e-mail*: irbr@mre.gov.br; *Home-page*: www.mre.gov.br/irbr

b) **nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:**

- **Belém (PA):** Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66035-100, tels: (91) 242-5932/1043; fax: (91) 223-5506;

- **Belo Horizonte (MG):** Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 2º andar, CEP 30130-180, tel: (31) 3217-4604/4606, fax: (31) 3217-4610;

- **Curitiba (PR):** Fundação Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), Rua XV de Novembro, 1457, Centro, CEP 80060-000, tel: (41) 360-7400; fax: (41) 362-2117;

- **Florianópolis (SC):** Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900, tel: (48) 331-8205/9200;

- **Fortaleza (CE):** Departamento de Letras Estrangeiras – Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180, tel/fax: (85) 281-7036, fax (85) 223-1642;

- **Porto Alegre (RS):** COPERSE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Paulo Gama, 110, Anexo I da Reitoria da UFRGS, 1º andar, Bairro Farroupilha, CEP 90040-060, tel: (51) 316-3114, fax: (51) 227-1666;

- **Recife (PE):** Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2º andar, CEP 50060-080, tel/fax: (81) 3423-6056 / 3231-7551;

- **Rio de Janeiro (RJ):** Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, Centro, tel: (21) 516-1744, fax (21) 516-0939;

- **Salvador (BA):** Pró-Reitoria de Extensão – Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170, tels: (71) 328-7044/0124, fax: (71) 328-0127;

- **São Paulo (SP):** Memorial da América Latina, Av. Auro Soares de Moura Andrade, nº 664, CEP 01154-060, tels: (11) 3823-9826/9668, fax: (11) 3823-9685.

c) **no exterior:** nas Embaixadas, Missões Diplomáticas ou repartições consulares.

1.2. **Taxa de inscrição:** a taxa de inscrição é de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) e deverá ser depositada na conta nº 33.448.112-0, Agência nº 3603-X, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de *CESPE-UnB*, com o qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese será a taxa restituída ao candidato.

1.3. **Requisitos:** os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

- a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal;
- b) estar em dia com o serviço militar;
- c) estar em dia com suas obrigações de eleitor;
- d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido.

1.4. **Candidatos casados:** o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 7.2., certidão de casamento, formulário de dados pessoais e uma foto 3 x 4 do cônjuge. Se o cônjuge for de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto n.º 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.5. **Local das provas:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar a prova da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas “a” e “b” do item 1.1.1 acima. Em caso de aprovação no Teste de Pré-Seleção (TPS), o local das provas da Segunda Fase será obrigatoriamente o mesmo.

1.6. **Documentação:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

- a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;
- b) original e fotocópia da carteira de identidade;
- c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

1.7. Após a inscrição, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, o qual contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior e as respectivas melhores respostas às questões formuladas.

1.8. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr deferirá os pedidos de inscrição em Edital a ser publicado no Diário Oficial da União antes do início da Primeira Fase do Concurso.

1.9. **Normas gerais:**

- a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;
- b) não haverá segunda chamada de prova alguma;
- c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;
- d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;
- e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora apazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; ou (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;
- f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;
- g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;
- h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

2. DAS FASES DO CONCURSO

2.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 3 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 4 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 6 (seis) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Inglês, História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 5 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 6 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 1.3. deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 7 abaixo.

2.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

3. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

3.1. **Data, horário e local:** dia 17 de março de 2001, às 9 h (horário de Brasília), realizado simultaneamente no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e nas cidades mencionadas na alínea “b” do item 1.1.1. acima. Terá a duração de 4 (quatro) horas.

Os candidatos deverão apresentar-se até 30 minutos antes do horário previsto para o início da prova.

3.2. **Características** - O TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e geral, além de temas da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso, incluindo, por exemplo, aspectos ligados ao uso das modalidades oral e escrita da língua portuguesa, e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha.

3.3. **Critérios de avaliação** - O TPS privilegiará o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

O IRBr aplicará os seguintes parâmetros básicos:

- a nota de referência é 60 sobre 100;

- o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase é, idealmente, 150, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso (30).

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$N = 150F \\ F = D + 0,4$$

onde N corresponde ao número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso, F, ao multiplicador que determinará o número dos candidatos aprovados, e D, ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 150º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 150º candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1, se D for igual a 0,6, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 150º candidato for igual a 60. Neste caso, os 150 primeiros candidatos no TPS serão aprovados na Primeira Fase do Concurso. Sendo a nota do 150º superior ou inferior a 60, o fator F será superior ou inferior a 150. Se, por exemplo, a nota do 150º for 70, F valerá 1,1, e serão aprovados 165 candidatos na Primeira Fase. Se, por outro lado, a nota do 150º for 40, F valerá 0,80, e somente serão aprovados 120 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a mesma nota que o 150º candidato serão considerados aprovados na Primeira Fase.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos cujas provas seguintes ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

3.4. **Gabarito:** o gabarito do TPS estará disponível no dia 19 de março de 2001.

3.5. **Resultados:** o fator F finalmente calculado, em função da nota obtida pelo 150º classificado, será anunciado até às 18 h do dia 20 de março de 2001, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não cabe recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada imediatamente para publicação no Diário Oficial da União em Edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

3.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeitos de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

4. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

4.1. Português

4.1.1. **Data, horário e local:** dia 31 de março de 2001, às 9 h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 1.5. acima. Terá a duração de 5 horas.

4.1.2. **Características** - A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de inteligência e de

produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

4.2. Inglês

4.2.1. **Data, horário e local:** dia 1º de abril de 2001, às 9 h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

4.2.2. **Características** - A prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); e leitura e interpretação de um ou mais textos (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

4.3. **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinquenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação, estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

4.4. **Resultados:** os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 h do dia 30 de abril de 2001, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18h deste mesmo dia.

4.5. **Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelos próprios candidatos — não se admitindo, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nos locais de realização da respectiva prova;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se tiver sentido prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18 h do dia 3 de maio, em Brasília, e até as 18 h, hora de Brasília, do dia 4 de maio, nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

g) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 h do dia 9 de maio de 2001, na sede do IRBr, em Brasília, e, imediatamente, mandado para publicação no Diário Oficial da União em Edital que convocará os candidatos aprovados para as Fases seguintes do Concurso.

5. DA TERCEIRA FASE

5.1. Os candidatos que tiverem sido aprovados nas provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 23 de maio de 2001, data em que deverão se apresentar à sede do Instituto Rio Branco, e até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do Concurso.

5.2. **Local e calendário:** as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília, entre os dias 24 de maio e 23 de junho de 2001, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, no período de 24 a 27 de maio, em grupos alternados;

b) História, em 02 de junho;

c) Geografia, em 09 de junho;

d) Noções de Direito, em 16 de junho;

e) Noções de Economia, em 23 de junho.

5.3. **Das provas orais:** as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais.

5.3.1. **Questões Internacionais Contemporâneas:**

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na arguição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação como da apresentação pessoal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

5.3.2. **Inglês:**

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato em língua inglesa;

b) a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;

c) o candidato sorteará um texto e terá 15 (quinze) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

d) a arguição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

5.3.3. **Aprovação:** será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinquenta) em cada uma das provas;

5.3.4. **Resultados:** os resultados das provas orais serão divulgados até as 10 h do dia 28 de maio;

5.3.5. **Recursos:**

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua argüição, mas não copiá-la, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13 h do dia 29 de maio, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr;

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18 h do dia 30 de maio e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

5.3.6. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

5.4. **Das provas escritas:** as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9 h e término às 14 h;

b) serão compostas de cinco dissertações no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

5.4.1. Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

5.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

5.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinquenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

5.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

5.4.5. O calendário de anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (13 h)	Apresentação de recursos (até as 18 h)	Resultado final (até as 18 h)
História	04/06/01	06/06/01	08/06/01
Geografia	11/06/01	13/06/01	15/06/01
N. Direito	18/06/01	20/06/01	22/06/01
N. Economia	25/06/01	27/06/01	29/06/01

6. DA QUARTA FASE: EXAMES MÉDICOS E PSÍQUICOS

6.1. **Data, local e horário:** os exames terão início no dia 29 de junho de 2001, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

6.2. **Características** - A Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

6.3. **Junta de Avaliação:** conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência

em clínica geral e psiquiatria. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o “habilitado” ou “inabilitado”.

6.4. **Resultados:** os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 5 de julho de 2001.

6.5. **Recursos:** o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, pelo prazo de 24 horas, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecurável. Se o desejar, o candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial.

6.6. **Resultados finais:** O resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até as 18 h do dia 6 de julho de 2001.

7. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

7.1. **Data, horário e local:** dia 09 de julho de 2001, às 9 h e 30m, na sede do IRBr, em Brasília.

7.2. **Matrícula:** a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

- a) três fotos 3x4;

- b) uma foto 3x4 do cônjuge;
- c) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor (iv) comprovante de votação atualizado ou documento equivalente, (v) diploma ou certificado de conclusão, até 29 de junho de 2001, de curso superior de graduação plena, reconhecido, e (vi), se casado, os documentos mencionados no item 1.4. acima.

7.3. A falta de qualquer um destes documentos acarretará a eliminação do candidato no Concurso.

8. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

8.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

8.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

8.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até as 14 h do dia 11 de julho de 2001, na sede do IRBr.

9. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

9.1. **Da nomeação:** Os candidatos aprovados no resultado final do Concurso serão imediatamente nomeados por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 83.940, de 14 de agosto de 1979, e publicado no Diário Oficial da União.

9.2. **Da posse:** Uma vez nomeados, os candidatos aprovados no resultado final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

9.3. **Do exercício:** O Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 1.7. acima.

10.2. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) da Terceira à Quinta Fases do Concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado para a Primeira e Segunda Fases.

10.3. Identificação e Divulgação dos Resultados:

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

10.4. **Aceitação das Normas do Edital:** o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO

Programas

Bibliografias

Orientação para estudo

Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção

Português

Inglês

Questões Internacionais Contemporâneas

História

Geografia

Noções de Direito

Noções de Economia

Francês

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS) é *sui generis* dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e, exatamente por isso, exige um comentário especial.

Como o nome indica, trata-se de uma prova inicial, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de testes possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, que, para o Instituto Rio Branco, constitui questão de princípio. Em 2000, por exemplo, inscreveram-se 2.410 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios tradicionais do Instituto Rio Branco. Atribuiu-se, assim, a função de filtro a um tipo de prova, que, aliás, já fora aplicado em concursos anteriores.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnem condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS visará a expor todos os candidatos, quaisquer que sejam suas procedências, a condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes dos mais remotos lugares do país.

Para definir a particularidade do TPS, nada melhor do que confrontá-lo com os demais exames do mesmo Concurso. Cada um destes tem em vista a avaliação de conhecimentos específicos, inscritos num domínio particular do saber, o que permite um grau maior de previsibilidade dos temas passíveis de constituírem matéria para as diferentes questões e, por conseqüência, a possibilidade de uma preparação sistemática. Prova disso é a publicação e a indicação de um *Manual do Candidato* para as matérias da Segunda e Terceira Fases do Concurso. Evidentemente, a indicação de Manuais, que também é fundamentada no mesmo propósito de garantir iguais condições de competição a todos, não implica compromisso de acorrentar os exames ao conteúdo neles explícito, mas serve de orientação para os candidatos, onde quer

que se estejam preparando para o Concurso, sobre a concepção básica que presidirá à elaboração das questões das provas. É uma forma também de dizer que os conteúdos dessas disciplinas não são indefinidos.

O TPS contrasta com os demais exames em aspectos essenciais e substantivos. Algumas questões poderão proceder, inclusive, dos programas das matérias constantes das outras fases do Concurso, mas sua formulação será necessariamente distinta, considerando-se a estrutura do Teste. Outras procurarão verificar a capacidade de raciocínio dos candidatos. Para muitos, o saber é tributário do conhecimento tanto quanto do pensar bem e logicamente. Grande parte das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). Sua característica é a pluralidade, e seu espaço de circulação está na grande relação discursiva do homem com seu mundo. É consequência de um intelecto ativo, em estado de constante prontidão para os acontecimentos do meio social. O fato de não ser uma prova previsível não é casual: seu propósito é exatamente o de avaliar a incorporação de um tipo de conhecimento que faz parte daquilo que se convencionou chamar de currículo oculto, constituído de um residual que não depende da memória momentânea, mas da memória permanente. É um cabedal de conhecimento duradouro que, estabilizado como se fizesse parte do próprio organismo, apenas marginalmente depende de esforço mental para emergir.

Para compreender com clareza a finalidade do TPS, deve-se levar em conta que o tipo de conhecimento por ele aferido é significativamente útil para o exercício proficiente da função diplomática.

Se a guerra é o espaço do confronto, a diplomacia é o da negociação: se o principal recurso do guerreiro são os armamentos, o do negociador é o discurso. Àquele compete saber manobrar, com perícia,

as armas de combate: a este, o discurso. Ora, a manobra eficiente do discurso implica a dupla habilidade de compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e a de produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro tal qual já foi definido anteriormente, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas. A qualquer momento, uma simples alusão a certo episódio ou personagem da cultura pode trazer embaraço de compreensão para quem os ignora. Imagine-se, por hipótese, alguém qualificar seus argumentos como “acacianos” ou uma fala como esta, entre diplomatas de dois países em conflito: “Seu país está manipulando esse episódio do mesmo modo como Iago manipulou o lenço de Desdêmona”. Agradecer a seu primeiro interlocutor ou concordar com o segundo pode produzir resultados desconcertantes.

Mas o conhecimento não é necessário só pelo lado negativo, isto é, apenas para prevenir inconvenientes. É valioso também do ponto de vista positivo, isto é, sua posse produz vantagens consideráveis, em se tratando de profissionais cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais “mensagens” subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um conhecimento da mais variada natureza (música, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, entre outras) auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente “amena” é, na verdade, obter informação privilegiada, ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de “captação de benevolência”. Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar

uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a “captação de benevolência” auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS será concebido sobre as bases dessa forma de conhecimento, tão funcional para o exercício da Diplomacia, que deve estar consolidado na memória do seu portador. Trata-se, pois, de um tipo de prova sobre o imprevisível, já que seus resultados só serão significativos se forem a expressão de vivência contínua, não programável ou controlável. Não há, portanto, publicação específica a ser indicada para sua preparação.

A melhor - e única - forma de se preparar para esse tipo de prova é abrir os olhos para o mundo ao redor: ler muito e bem (romances, poesias, jornais, revistas, teatro...), estar atento a todo tipo de manifestação cultural (cinema, teatro, esporte, concertos, exposições musicais em geral ...), pôr-se em estado de prontidão permanente para a realidade política, social, econômica do país e do mundo, cultivar as artes em geral, tanto nas suas manifestações eruditas como nas populares, procurar contemplar todo o espetáculo humano com um olhar desperto e crítico, tentando discernir o que é merecedor de atenção especial daquilo que é corriqueiro.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos da ciência lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.

2. Inteligência e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.

3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.

4. Noções de estilística.

Bibliografia:

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.

——— *Lições de Português pela Análise Sintática*, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*, Vozes, Petrópolis, 1977.
- CARRAHER, David W. *Senso Crítico: do dia-a-dia às Ciências Humanas*, Pioneira, São Paulo, 1983.
- CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
- . *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*, Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1985.
- KURY, Adriano da Gama. *1000 perguntas: Português*, Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.
- . *Ortografia, Pontuação e Crase*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*, Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato - Português*, FUNAG, Brasília, 1995.

Orientação para estudo

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de entender, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora,

por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a compreensão dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem nos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

Exemplo de prova

Leia os textos que se seguem:

Texto 1

Pesquisa Variacionista e Ensino: Discutindo o Preconceito Lingüístico

“Todos nós sabemos que, direta ou indiretamente, um dos maiores problemas do ensino de língua portuguesa” passa pela questão do preconceito lingüístico. Na maior parte das vezes, o ensino de gramática é feito de forma rígida, como se tudo fosse inerentemente errado. O ensino normativo tem o objetivo explícito de banir da(s) língua(s) formas ditas empobrecedoras, formas ditas desviantes, formas consideradas indignas de serem usadas por homens de bem. E, na perseguição deste objetivo (no sentido mais literal do termo), muitas vezes, e com frequência, banem-se da escola não as formas lingüísticas consideradas indesejáveis, mas as pessoas que as produzem, porque estas formas são normalmente aquelas produzidas em maior quantidade pelas pessoas de classe social sem prestígio. As pessoas de classe prestigiada também produzem as formas consideradas indesejáveis, só, às vezes, em menor quantidade.

Em nome da boa língua, pratica-se a injustiça social, humilhado o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade da qual a escola é reflexo fazem associações sem qualquer respaldo lingüístico objetivo entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância e deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência e burrice (...).

Com que direito visões preconceituosas podem ser reforçadas? As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente lingüísticas; são, acima de tudo, ideológicas.

E a Sociolingüística produz fatos para colocar *lenha na fogueira* deste debate e particularmente no debate público sobre o preconceito lingüístico, corroborado *tacitamente* pela maior parte dos membros de uma comunidade lingüística. Sabe-se bem que, infelizmente, língua é também instrumento de poder; língua é também instrumento de dominação; língua é também instrumento de opressão. Ainda não vi, e gostaria de ver um dia (a utopia faz parte da vida), a língua ser usada como um real instrumento de libertação. (...)

Então, os resultados da pesquisa sociolingüística podem ser usados para a discussão do preconceito lingüístico, apresentando fatos inquestionáveis, que evidenciam que as pessoas não estão simplesmente “nocauteando a concordância”, “tropeçando” ou cometendo “gafes”, mas, sim, deixando seu vernáculo emergir numa situação de fala em que muitos não admitem que ela possa emergir. [William] Labov bem o coloca que, quando estamos completamente envolvidos com conteúdo lingüístico da nossa fala, deixamos de nos policiar e deixamos o vernáculo emergir, vernáculo este que muitas vezes não coincide com as formas codificadas e, ao longo do tempo *sentidas* como as únicas formas legítimas por grande parte dos usuários da língua.

(...) Relembro, todavia, que também não deveríamos perder de vista a possibilidade de podermos contribuir para a codificação de uma norma mais realística, mais interessante, que contemplasse valores diversos, que refletisse um pouco mais a nossa identidade lingüística e que restituísse aos alunos o prazer de “estudar português”, dando vez à pluralidade de normas (...).

Finalizando, considero que, com os resultados que temos em mão, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais do que isto: temos o dever de nos manifestar. É o exercício da cidadania!!! Transcrevo a seguir uma parte de minha primeira carta enviada ao Correio Braziliense, que reflete bem a minha visão a respeito do preconceito lingüístico e de suas implicações perversas.

“Para mim, igual ou pior do que o preconceito de religião, raça, cor, sexo, classe social (entre outros) é o preconceito lingüístico, porque ele é sutil e, por razões históricas, corroborado pela maior parte da sociedade como algo natural. O preconceito lingüístico, muitas vezes, cria a falsa idéia de que há uma língua melhor do que outra, de que há um dialeto melhor do que outro. Pior do que isto, cria também a falsa idéia de que quem domina as formas de prestígio é mais inteligente, mais capaz. (...)”

“Confundir discurso político com a língua de um povo é pensar esta língua como algo pequeno demais. E confundir forma de falar com competência ou com inteligência significa ver a língua apenas como instrumento de poder e de dominação, não como um poderoso instrumento de comunicação.

“A língua de qualquer povo, em qualquer época, é um instrumento extremamente poderoso porque presta a múltiplas funções: transmitir mensagens objetivas, organizar o pensamento, expressar os desejos e as emoções, convencer os outros, estabelecer contatos (...) e até mudar o estado das coisas, ou seja, até “realizar atos”. Mas este precioso instrumento também pode servir a instintos nada nobres: pode servir para oprimir, para discriminar, para enganar, para mentir, e até (infelizmente) para alijar o ser humano do meio produtivo.”

Maria Marta Pereira Scherre.

Pesquisa & Ensino da Língua: Contribuições da Sociolingüística.

UFRJ/CNPQ. Rio de Janeiro. 1996.

Outrossins...

Já escrevi sobre isso. Na ocasião, fui ácido na crítica – no que, aliás, acho que fiz muito bem. Do que estou falando? Estou falando é de certos indivíduos que passam a vida entre o cinza e o marrom: a hedionda raça dos burocratas. Todos engajados, com afinco, em lidar com papéis, encaminhá-los, despachá-los e sobre eles deitar falação, geralmente num estilo de bula de remédio. São montanhas, cordilheiras de cartas, ofícios, avisos, pareceres e todo tipo de correspondência que vai daqui para ali numa penosa melopéia canina: “Ao Sr. Assessor, Ao Sr. Chefe, Ao Sr. Diretor”. Isso desde o simples bilhete que só atravessa a Esplanada dos Ministérios nas mãos do contínuo até o pesado processo que cruza a nação inteira e se destina a seu mais longínquo igarapé.

Não me refiro ao conteúdo dessa papelada. Ela, obviamente, traduz a própria razão de ser do serviço público. Reclamo é da lamentável forma como são escritos esses documentos oficiais e oficiosos.

É mais do que tempo de tornar inteligível e fluida a redação na administração pública. De falar português claro. Sim, porque causa espanto e náusea o blablablá rococó e gongórico que escorre, espesso e obscuro, pelas mal traçadas linhas da maioria dos processos escritos nestes brasis.

Há, em vigor, recomendação explícita no sentido de simplificar os textos. Mas, como outras, essa também não pegou. É olímpicamente ignorada por cidadãos pressurosos em bajular o chefe com palavras empoladas e ocas, numa verborragia que não conhece começo, meio nem fim.

Coisas como destarte, inobstante, máxime, outrossim, e assim por diante. Outrossim! Você já ouviu alguém pronunciar essa palavra? Uma vezinha só na vida? Pois bem, meu amigo, e no entanto as cartas e os ofícios estão cheios dela, dela que não altera ou acrescenta coisíssima alguma.

E que dizer do fim dos textos, quando surge aquele grotesco parágrafo que ninguém, rigorosamente ninguém lê – e se lesse não acreditaria um pingão no que ele declara: “Renovo meus protestos de estima”, ou, pior ainda: “Colho o ensejo para reiterar meu apreço”.

Colho o ensejo! Protestos de estima! Mais uma vez, paciente leitor, você já escutou isso da boca de alguém? Duvido. Pois há quem escreva, e lá se vai uma fortuna em tempo e dinheiro com tamanha baboseiral!

A redação oficial não deve cultivar pretensões literárias. Estas são terreno dos literatos, que diabo. Há sujeitos, porém, que se dão ao desplante de escrever com o dicionário do lado só para escolher as palavras mais difíceis. Conheço um que adora trocar o tão comum verbo ligar pela raridade que é o verbo jungir, só para provocar efeito na quadrada cabeça do seu chefe.

Existem pérolas nesse campo fértil. No Banco do Brasil, certa vez, circulou uma carta que começava assim: “Assunto: Cobra”, e prosseguia: “O Sr. Fulano de Tal dirigiu-se a esta seção informando ter sido picado pela epigrafada”. Blearghhh!

Há, ainda, o reino da nebulosidade. Nele, nada supera este trecho de uma instrução do então recém-criado Banco Central, pelos idos de 1965: “Faz-se notar que os parentes consanguíneos de um dos cônjuges são parentes por afinidade do outro; os parentes por afinidade de um dos cônjuges não são parentes de outro cônjuge. São, também, parentes por afinidade da pessoa, além dos parentes consanguíneos de seu cônjuge, os cônjuges de seus próprios parentes consanguíneos”. Tente decifrar e você cumprirá um delirante exercício de piruetas mentais.

Mera coincidência: enquanto reflito sobre tanta sandice, vejo, na televisão, um político de prestígio dizer simplesmente o seguinte: “Nada vejo de grave nas objurgatórias de Sua Excelência”. Sinto justa perplexidade, pois não estou defendendo o pobre e monossilábico vocabulário usado pela garotada, infelizmente formado a partir dos roncões primitivos do rock. Mas, tenha paciência, objurgatória!

E por aí afora. Até hoje os ofícios das repartições militares começam como no tempo do Barão de Paranapiacaba: “Solicitação (faz)”, maneira bicentenária e anacrônica de pedir alguma coisa a alguém.

Repito: ninguém que regule bem diz coisas assim: “Meu amor, apraz-me comunicar que vou à sua casa amanhã. Outrossim, informo que chegarei para o jantar.”, ou “Você está uma gracinha, querida.

Destarte, podíamos fazer um programa, se lhe aprouver.” – e lá se vai o programa por água abaixo..

Falando sério: você já calculou quanto o Brasil gasta com tamanha besteira? Milhões de linhas diariamente datilografadas ou digitadas, um custo altíssimo em fitas de máquinas, papel e tempo completamente perdido. Sim, porque, suprimidas tais palavras e frases, o sentido da mensagem em nada se altera – e, sobretudo, não há um só destinatário neste planeta que se comova com reiteradas manifestações de subida consideração. Muito menos a mulher que, na cama, escuta o marido formal sussurrar-lhe ao ouvido: “Boa noite, meu bem. Renovo minhas expressões de distinta consideração, com o que me despeço. Até amanhã”.

Tudo isso é absurdo, mas continuam as pobres secretárias datilografando o dia inteiro encômios, alvedrios e alvitres – além de zelarem com a máxima atenção pela ridícula margem direita, que atraso!

Saudades de Hélio Beltrão, que fez ventilar ar puro no seu tempo à frente do Ministério da Desburocratização. Foi bom enquanto durou. Depois, retrocedemos e agora só nos restam o tédio e o bocejo.

Márcio Cotrim.

Texto 3

GiLuminoso

Deus anda bom demais comigo. Não sei se mereço tantas gentilezas dEle. Na última terça-feira, a dádiva veio de um inesperado convite para ver Gilberto Gil, que participava, em São Paulo, do lançamento do livro “GiLuminoso – A po.Ética do Ser”, trabalho do poeta Bené Fonteles, baseado na fecunda obra do mestre baiano

Gilberto Gil é dessas almas iluminadas, alma de poeta, que o criador envia ao planeta com a missão de traduzir o sentimento de seu

povo. E Gil o faz com textos que primam pela criatividade, pelo bom gosto e – por que não? – pela correção. Além de bálsamo para corações e mentes, a poesia de Gil é verdadeira aula de português.

Vejamos alguns casos, pinçados desse encontro. Em “Super-Homem, a Canção” – belíssima letra que até hoje incomoda muita gente -, Gil usa com mestria um tempo verbal dos mais interessantes: o mais-que-perfeito.

Verdadeira tortura em certas aulas de português, esse tempo – de nome enigmático (“Por que ‘mais-que-perfeito?’”, pergunta-se a garotada, cuja expectativa nem sempre o professor satisfaz) – surge na letra com dois valores distintos. Na primeira ocorrência (“Minha porção mulher, que até então se resguardara”), o mais-que-perfeito, em sua forma simples (que equivale à composta “tinha resguardado”), é usado com seu valor específico. E que valor é esse? Basta ver por que o mais-que-perfeito tem esse nome. Na verdade, antes é preciso saber por que o pretérito perfeito se chama perfeito. A palavra vem do latim “perfectu”, que, ao pé da letra, significa “feito completamente”. Não é à toa que se diz, por exemplo, que uma obra de arte é perfeita. Se é perfeita, não lhe falta nada; está completamente feita.

Na letra de “Super-Homem”, Gil começa dizendo: “Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria...”. A forma verbal “vivi” é do pretérito perfeito, portanto indica algo passado e acabado, feito completamente. Quando o poeta diz “Minha porção mulher, que até então se resguardara”, emprega o mais-que-perfeito (“resguardara”) até o momento em que deixou de existir a ilusão de que ser homem bastaria.

Pois bem, se “vivi” (que, por extensão contextual, implica a idéia de que “deixei de viver”) é pretérito perfeito, “resguardara”, que indica fato mais velho, anterior, só pode ser “mais-que-perfeito”, ou seja, “mais velho que o perfeito”.

Como outros tempos verbais, o mais-que-perfeito tem valores paralelos, periféricos. Um deles aparece na mesma letra: “Quem dera pudesse todo homem compreender, ó mãe!, quem dera...”. Como ocorre com “Tomara!” (que vem da primeira pessoa do singular do pretérito

mais-que-perfeito do verbo “tomar”), “dera” é do mais-que-perfeito do verbo “dar”, mas não se emprega com o valor específico desse tempo. “Dera”, no caso, expressa desejo e funciona tal qual se vê em algumas formas do futuro do pretérito, como “gostaria”, “desejaria” etc.

Outro belo exemplo de Gil, presente no livro, está em “Tempo Rei”, letra em que o imperativo é usado com leveza e adequação: “Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei / transformai as velhas formas do viver / Ensina-me, ó pai, o que eu ainda não sei / Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei”. A segunda pessoa do plural, empregada nas formas do imperativo afirmativo (“transformai”, ensina e “socorrei”), confere ao texto tom de oração – oração ao deus tempo.

E pensar que alguns deuses (menos nobres, é claro) do ensino lingüístico pregam a sumária eliminação das segundas pessoas (“tu” e “vós”) dos livros de português. Para esses nobres senhores, o verbo seria conjugado só nas primeiras pessoas (eu e nós) e nas terceiras (ele, eles, você vocês). E se dizem modernos, democratas e libertários. Para eles, liberdade é omitir, é negar o futuro cidadão o direito de conhecer todas as formas da língua. Em última análise, é fazê-lo imaginar que Gil, Machado de Assis, Fernando Pessoa e Vieira escrevem na língua de outro planeta.

Em Porto Alegre, onde estive recentemente para proferir palestra durante a importante Feira do Livro que lá se realiza, o professor Paulo Ledur, presidente da Câmara do Livro, disse-me que em muitas escolas (algumas delas públicas) do Rio Grande do Sul são adotados esses livros de português que omitem a segunda pessoa. Logo lá, terra em que o delicioso “tu”, muitas vezes com o verbo com o “s” da segunda pessoa (“tu podes”, “tu viras”), é ouvido em cada esquina. Sem comentários.

Pasquale Cipro Neto. **O Globo**, 28/11/1999, p.34.

Elabore um resumo do texto 1.

- Extensão: de 200 a 250 palavras
- Valor: 40 pontos

Exemplo de resumo

Márcia Nazaré Souza Chaves (38/40)

Maria Marta Pereira Scherre, no texto "Pesquisa Variacionista e Ensino: Discutindo o Preconceito lingüístico" (Pesquisa e Ensino da Língua: contribuições da Sociolingüística, UFRJ/CNPQ. Rio de Janeiro. 1996), faz uma reflexão acerca do que entende como "preconceito lingüístico": a imposição, nas escolas, da chamada norma culta como forma de manutenção do "status quo", um dos mais aviltantes meios de preconceito social, vez que expressões lingüísticas consideradas inaceitáveis – e quem as produz – são relegadas a uma casta inferior.

Essa imposição é feita de forma sutil no intuito de esconder sua ferocidade: a "boa língua" vai sendo instalada lenta, mas constantemente, sufocando "desvios", até que dois blocos sejam compostos: o primeiro, formado por aqueles que apreenderam as minúcias da regra, usando-as a seu favor; o segundo, pelos que não se enquadraram, cujo destino é servir ao primeiro.

Segundo a visão sociolingüística, está-se perdendo a perspectiva da finalidade da língua, a comunicação, em primazia da forma como essa comunicação é feita, como se fazer a concordância fosse mais importante do que saber com o que se está concordando.

A autora conclui não pelo fim das regras, mas que elas sejam feitas considerando-se a riqueza, a pluralidade dos falares, tornando o seu estudo interessante justamente por refletir essa gama de variações lingüísticas. De outra forma, a língua nada mais será senão um instrumento (letal) de dominação, deixando a comunicação num plano insignificante.

Desenvolva o tema: O bom usuário do idioma é quem sabe infringi-lo no momento certo.

- extensão: de 450 a 600 palavras
- valor: 60 pontos

Exemplo de redação

Márcia Nazaré Souza Chaves (55/60)

Lá, já há algum tempo, uma crônica muito interessante de Luís Fernando Veríssimo acerca de sua falta de apego, por assim dizer, à norma culta da Língua Portuguesa. Contava a estória de uma entrevista da qual teria sido vítima: uma estudante o teria procurado, como "expert" no uso da língua, para dele colher algumas lições. Veríssimo retratou-se, então, como um enganador, alguém que absolutamente não conhece as regras gramaticais e nem tem muito interesse em com elas ter intimidade, pois: "dizer que algo está claro, pode até não estar certo, mas está claro, certo?"

Estou com o Veríssimo. Acredito, aliás, que a companhia não poderia ser melhor.

O bom uso da língua ultrapassa o conhecimento da regra. A norma nada mais é senão um acessório. Valioso, é verdade, mas, ainda assim, acessório. Mais importante que a forma é a mensagem. Conhecer a língua é – no meu entender – usar a regra como aliada, como forma de esclarecimento, de aproximação do meu alvo, como maneira de chegar mais rápido e mais fácil ao meu destino final: a plena compreensão da mensagem pelo ouvinte.

Quando se fala, ou se escreve, há que se pensar não em si mesmo, mas em quem ouve, em quem lê. Se este não conseguiu compreender a mensagem, de que valeram as regras do meu bom português? Sempre comunguei da idéia de que o nível da fala deve se adequar ao ouvinte, não ao falante. E você não precisa, obrigatoriamente, falar "errado" para isso, basta falar claro, certo? (Ah, Veríssimo...)

Talvez, a maioria esmagadora dos políticos – e não me refiro só aos brasileiros – não concorde comigo. Afinal, clareza não é um bem perseguido por

essa classe, principalmente junto ao eleitorado mais pobre, que, ainda, confunde “gramaticuês” com bom português, persistindo aquela velha idéia de que quanto mais rebuscado o discurso, melhor preparado está o candidato.

Rodrigues Hapa, na sua “Estilística da Língua Portuguesa” possui opinião um tanto extrema sobre o assunto, que poderia ser resumida mais ou menos assim: “se é para acabar com a espontaneidade, com a riqueza da língua em nome da regra, morra a regra!”

Nem tanto ao mar, caro mestre! Vamos aplicar o princípio da coerência, do aceitável. Não desprezemos o vocabulário de nosso estudante somente porque ele não sabe usar o pretérito mais-que-perfeito, cuja prática exige uma sutileza, um certo “jogo de cintura” que ele não consegue alcançar. Paciência! Sempre restará o pretérito perfeito, cuja objetividade, talvez, esteja mais próxima de sua realidade.

Assim, se o seu filho, ainda no processo de formação da fala, emite um “eu fazi”, não o culpe, corrigindo-o de pronto, como se ele fosse um “burrinho”. O seu processo mental foi perfeito. Como poderia ele imaginar que o pretérito perfeito do indicativo desse verbo sofre uma variação de radical, esbanjando irregularidade? Ele pode até não ter falado certo, mas – parafraseando nosso bom e velho Veríssimo – foi claro, certo?

INGLÊS

A prova escrita de Inglês consta de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor de 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor de 30 pontos); e exercícios sobre um ou mais textos que poderão incluir, entre outros, resumo, alteração de registro e substituição de elementos textuais (valor: 20 pontos).

1. Bibliography:

1.1 The growing and widespread use of the Internet has made it possible to gain access to a vast array of content in English. In preparing for the exam, candidates are strongly recommended to use this tool to consult high-standard daily and weekly press publications, such as *The Times*, *The Washington Post*, *The Financial Times*, *The Economist* and *Time*. Many such publications are also available in printed form in Brazil.

2. Basic reference works:

2.1. English dictionaries:

The Longman Dictionary of Contemporary English. London, Longman.
The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford, Oxford University Press.

Webster's Collegiate Dictionary. New York, BD&L.

The Random House College Dictionary. New York, Random House.
Language Activator. London, Longman.

Roget's Thesaurus. London, Longman.

Collins Cobuild English Language Dictionary. London, Collins.

2.2. Bilingual dictionaries:

Houaiss, A. *Dicionário Inglês-Português*. Rio de Janeiro, Record.

Taylor, J.L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro, Record.

Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo, Melhoramentos.

- 2.3. Grammar, Usage, etc.:
Collins Cobuild English Usage. London, HarperCollins.
Cutts, Martin. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.
Frank, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs, Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)
Leech, G. & Svartvik, J. *A Communicative Grammar of English*. London, Longman.
Santos, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo, Cultrix.
Swan, M. *A Practical English Usage*. Oxford, Oxford University Press.
Thompson, A.J. & Martinet, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford, Oxford University Press.
3. Larger reference works:
Comprehensive Grammar of the English Language. London, Longman.
Oxford English Dictionary. Oxford, Oxford University Press.
The Random House Dictionary of the English Language. New York, Random House.
Webster's Third International Dictionary. New York, BD&L.

Orientação para estudo:

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One point is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:

- (1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
- (2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and
- (3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be penalised.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes (including punctuation) and spelling.

Text-based exercises (20 marks)

The examiners assess ability to work with transformation and adaptation of texts in the English language. Aspects observed in this section of the exam include ability to summarise and think logically, command of grammar, vocabulary, usage, register and appropriacy.

Temas de redação de concursos anteriores

1996

“Colonies do not cease to be colonies because they are independent”. (Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:
“Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace.” (John F. Kennedy)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

“The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures.” (Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

“The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth.” (Aldous Huxley)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies. (José Goldenberg, in *Guardian Weekly*, November 1999)

Exemplo de redação

João Paulo Cursino Pinto dos Santos (47/50)

In a recent statement, José Goldenberg poses a choice for developing countries: they can either take the costly road already followed by industrialised nations, or take advantage of modern technologies as shortcuts to catch up with them.

The simplicity conveyed by such words can be deceiving. One feels tempted to the seemingly obvious choice of doing away with the effort and jumping into a world of technological marvels ready for use. But would such move be a wise one? Moreover, would it really be an available option?

Since the dawn of the industrial revolution, the demands of capitalism have pressed on science, which has amassed knowledge at unprecedented rates. This has given rise to yet more knowledge and innovation, in a self-feeding process. Mistakes were made along this way, helping engineers chart a tortuous path into the unknown. Improvement has been gradual, though steady.

So progress has been built the hard way by a selected number of countries, all conscious of their heritage. Such industrialised nations take utmost care not to allow their hard-won technology to fall into the hands of others – which is understandable, given the price they have had to pay for it and the strategic asset it represents for them. Then along comes a developing country on its quest to becoming economically independent but without a technological history. It can either develop its own repository, or it can acquire off-the-shelf solutions to its local problems. In the latter case, this country will never master its evolution, because it lacks the fundamentals for that; its fate is forever doomed to dependence. The providers of those solutions will never help out in this respect, because this disparity is their source of revenue: Should the wanting country take on the means to devise its own technological pathway, the economic outflow patterns die out.

The answer must come in careful, initially slow steps. Admittedly, older technologies could be copied so as to shorten the gap – reverse engineering has proved to be an acceptable alternative, as demonstrated by Japan and South Korea. However, newer achievements cannot be “incorporated”, assimilated that easily; they have got to be brought about internally, providing a true competitive edge.

As Goldenberg points out, a developing nation does not necessarily have to bear all of the burden of past trials and errors: use can learn from others’ histories and leave aside undesirable birth pangs. Nevertheless, if we intend to truly walk on our own feet, major investments need to be made to ensure indigenous ingenuity – instead of merely getting on the bandwagon of a tantalizing fairground that will always elude us.

Exemplos de tradução

. Translate the following texts into English:

Value: 15 marks each.

Text one

A porta de vidro do chuveiro não estava funcionando bem. Fechar, fechava, mas à simples deslocação de ar provocada pela água,

ela se abria mansamente. Só os nova-iorquinos excêntricos, que tomam banho no inverno, sabem o que significa uma repentina rajada de ar frio a assinar com a água quente do chuveiro um contrato de pneumonia dupla que nem a penicilina rescindir. A ela, uma senhora brasileira residente em Nova Iorque, só restava mandar chamar o zelador do edifício.

O zelador compareceu ao fim de três semanas e cinco gorjetas, munido do competente alicate. Depois de verificar a procedência da reclamação, concluiu que o conserto fugia à sua alçada. A um zelador cabe receber os aluguéis no fim do mês, zangar com as crianças que brincam no saguão de entrada e, eventualmente, chamar à ordem os inquilinos que dependuram roupas do lado de fora do prédio. No capítulo dos consertos, cabe-lhes apenas munir-se de um alicate e percorrer regularmente os apartamentos, recolhendo gorjetas.

Fernando Sabino, *A vingança da porta*. In: *Elenco de cronistas modernos*.

Rio: Sabiá, 1971.

Eduardo Uziel (12,5/15)

The glass door of the shower cabine was not working well. It could be closed, but it would slowly open in face of the mere dislocation of air caused by the water. Only excentric New-Yorkers, who take showers during the winter, know what is the meaning of a sudden puff of cold air signing with the hot water of the shower a contract of pneumonia in both lungs that not even penniciline will be able to annul. To her, a Brazilian lady living in New York, no option was left except for calling the building janitor.

The janitor appeared three weeks and five tips later, wielding a useful tool. After verifying the procedence of the complaint, he concluded that fixing the shower was not part of his duties. It behoves the janitor to collect the rents by the end of the month, to scold the children who play in the entrance hall and, contingently to reproach the tenants who hang their clothes outside the building. As for fixing things, it behoves him only to wield a tool and attend regularly to the apartments collecting tips.

Text two

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e os esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.

Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26ª edição.

Eduardo Uziel (13,5/15)

There is an ethic of work, as well as there is an ethic of adventure. Hence, the individual of the working kind will attribute positive moral value only to the action he has disposition to practice. Conversely, he will consider immoral and hateful the qualities appropriate to the man of adventure – boldness, imprevidence, irresponsibility, instability, proneness to loiter- everything, thus, that is related with a spacious conception of the world, which characterizes that kind of man.

On the other hand, the energy and efforts which are directed at an immediate reward are extolled by those who like adventures. Conversely, the work that aims at stability, peace, personal security and the efforts with no perspective of an immediate material profit are seen as vicious and despicable by them. Nothing seems more stupid and mean to them than the ideal of the worker.

Orientação para exame oral

Guidelines

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be allocated as follows:

I - FLUENCY	Pronunciation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	30
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	30
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	40
	TOTAL:	100

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses e a visão brasileiros em relação aos temas.

Na argüição, será igualmente avaliada a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema. A estrutura da exposição, a articulação e a apresentação pessoal do candidato serão tomadas em conta na aferição da nota.

O candidato sorteará três pontos e terá 15 (quinze) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no “site” do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br, no item “discursos”).

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas rivalidades político-estratégicas.

2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.
4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.
5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.
6. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.
7. O entorno regional. Mercosul.
8. O entorno regional. A integração hemisférica.
9. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.
10. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.
11. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembléia Geral. ECOSOC.
12. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).
13. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).
14. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.
15. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.
16. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.
17. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.
18. Relações Brasil-África e países específicos da região.
19. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.
20. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.
21. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.
22. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.

23. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.
24. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.
25. A diplomacia presidencial.
26. A diplomacia consular.
27. A diplomacia federativa.
28. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.
29. A diplomacia pública e parlamentar.
30. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.
31. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.
32. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros¹ :

- ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*. Brasília: Editora da UNB, 1983.
- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na popa: memórias*. 2.^a ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- FLORENCIO, Sergio A. L. e ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje*. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.
- FONSECA Jr., Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KENNEDY, Paul. *Preparando-se para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

¹ As publicações do IPRI/ FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço:

Fundação Alexandre de Gusmão
 Ministério das Relações Exteriores
 Anexo 2 – Térreo
 70170-900 Brasília, DF
 Telefones: (61) 411-6847/6857 – Fax:(61) 322-2931

- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. London-New York: Simon & Schuster, 1994.
- LAMAZIÈRE, George. *Ordem, Hegemonia e Transgressão: A Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNSCOM e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa*, Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Brasília: FUNAG, 1998.
- MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato - Questões Internacionais Contemporâneas*, FUNAG, Brasília, 1995.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, New York: Alfred Knopf.
- PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de Segurança Coletiva*, Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Brasília: FUNAG, 1998.
- RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- SEIXAS CORREIA, Luiz Felipe de (organizador, autor do prefácio e dos comentários). *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*. Brasília: FUNAG, 1995.
- WEISS, Th. G., Forsythe, D.P., e Coate, R. A. *The United Nations and Changing World Politics*, Westview Press, Boulder/San Francisco-Oxford, 1994.

b) Artigo

- BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", *in Política Externa*, vol.3, n.º 3, 1994-1995.

Bibliografia sugerida:

- Além da bibliografia acima identificada, sugere-se a leitura de:
- livros de diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações

Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

- BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o traço da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- CORRÊA Jr., Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia brasileira: palavras. Contexto e Razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
- LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos, 10 anos de agenda internacional (1985-1995)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais);
- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs* (www.foreignaffairs.org/) e *Política Externa* (Paz e Terra, São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr/index.html), *Carta Internacional* (www.usp.br/relint/) (USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional* (IRI/PUC-Rio), *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) e a *Revista Parcerias Estratégicas*, publicada pela *Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR*.

Sugere-se, ainda, a leitura da *Resenha de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:
 - a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constituciona-

lismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

c) O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

- CAMPOS, Flávio e Dohnnikoff, Miriam. *Manual do Candidato - História do Brasil*. Brasília: FUNAG, 1995.
- CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: DIFEL.
- . *A Segunda República*. São Paulo: DIFEL.
- . *A Terceira República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- . *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- . *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1990.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalho*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*, vol. 5, da *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972.
- e FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL.

- IGLESIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- . *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

B) História Mundial Contemporânea:

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: EDUNESP, 1996.
- BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CASTAÑEDA, Jorge C. *A utopia desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GRENVILLE, J. A. S. *A History of the World in the Twentieth Century*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.
- HALL, J. A. *Powers and Liberties, the causes and consequences of the rise of the West*. London: Penguin, 1992.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- . *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- . *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- . *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- . *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UDENESP, 1992.
- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales depuis 1945*. Paris: A. Collin, 1990.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

- BELY, Lucien. *L'invention de la diplomatie*. Paris: PUF, 1998.
- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*. Paris: Economica.
- FERRO, Marc. *História das Civilizações – das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- JOLL, James. *Europe since 1870*. London: Penguin Books, 1990.
- KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monólito*. São Paulo: UNESP, 1991.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- ROBERTS, J. M. *History of the World*, New edition. London: Penguin, 1990.
- PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 A 12).
Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro:
Zahar, 1976.
- VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre:
EDUFRGS, 1992.
- . *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

01. “O modelo parlamentar adotado pelo país inclui a prática de submeter obrigatoriamente ao parlamento a aprovação da lei de meios, como era chamado o orçamento. O governo não podia funcionar legalmente sem que tal lei fosse aprovada. Em caso de impossibilidade de aprovação havendo dissolução, por exemplo, da Câmara, votava-se a prorrogação do orçamento do ano anterior para o ano seguinte. O ritual de discussão do orçamento era seguido com rigor e constituía arma poderosa na mão do legislativo, que podia negar ao executivo os meios de governar.” José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras: A política imperial*, p23.

Analise o parágrafo acima considerando:

- a) A concorrência entre o Legislativo e o Executivo no Império Brasileiro.
- b) Os interesses dos vários grupos de grandes proprietários.

Modelo fornecido pela banca examinadora

A análise do orçamento permite verificar o jogo de forças próprio do Império. A aprovação da lei de meios ultrapassava a conhecida concorrência entre o legislativo, onde se encontravam os diversos grupos dos grandes proprietários, e o executivo. O conflito tinha na realidade, raízes mais profundas: em termos políticos evidenciava a luta entre o Estado, na sua crescente necessidade de recursos, e os grandes proprietários, de quem poderiam vir estes recursos. Internamente, a elite política debatia-se entre a necessidade do governo e os interesses divergentes dos proprietários com relação ao Estado. Considerando este contexto, a análise da receita e da despesa reflete a capacidade do governo de extrair recursos, de quem os extraia e a quem beneficiava. Estabelecia-se aí, as tensões e os conflitos entre o legislativo e o executivo.

Os críticos da monarquia afirmavam que o Império representava o déficit. As causas deste déficit provinham dos gastos com as revoltas internas, as guerras externas, as secas e as epidemias que obrigavam o governo a contrair empréstimos internos e externos. No Império a composição da receita dependia em parte dos impostos sobre o setor externo da economia. A taxação das exportações atingia diretamente os grandes proprietários agrícolas que reagiam na Câmara e no Conselho de Estado contra o imposto. A reação maior vinha do Nordeste. No sul, a reação era menor. No final o direito de exportação foi mantido, enquanto o imposto territorial rural foi eliminado na votação do Senado. Todas as demais tentativas para o implantar fracassaram.

Os impostos de importação tinham quase sempre natureza fiscal. A indústria não tinha meios de se defender exigindo do governo proteção tarifária. A pressão externa da Inglaterra era forte, uma vez que a mesma não aceitava perder os privilégios adquiridos em 1826. No Conselho de Estado discutia-se sobre a aplicabilidade da teoria liberal no Brasil. Geralmente, os conselheiros eram favoráveis ao livre comércio, adiando-se as propostas de redução dos direitos de importação. Após a guerra do Paraguai apareceram quatro tipos de impostos: indústria e profissões, transmissão de propriedade, empresas estatais e selos. Mas, a capacidade de arrecadação do Estado, continuava pequena. O Estado contraditoriamente constituía a sua própria fonte geradora de receita, proveniente principalmente, do imposto sobre as empresas estatais o que significava sobretudo as Estradas de Ferro.

A análise das despesas demonstra a preocupação do governo central em atender os interesses agrários, seja construindo estradas de ferro ou beneficiando os engenhos centrais. A política de crédito rural foi também razão de conflito entre o governo, os proprietários e os banqueiros. Na despesa social, educação, saúde e assistência pública, os investimentos foram bastante reduzidos. Em síntese, o orçamento da despesa permite verificar que à medida em que ocorreu uma maior preocupação legislativa com o desenvolvimento econômico decrescia a preocupação com a administração, a segurança e a justiça. Embora, o poder legislativo não possa ser considerado de forma absoluta com relação a política econômica, é certo que encontra-se aí, a ambigüidade que caracterizava as relações da elite e da burocracia com os proprietários rurais.

02. “A mudança de estilo caracterizada no século XIX veio duplamente servir à independência do país. O neoclassicismo indicava a vigência de uma nova organização do mundo, decorrente dos ideais democráticos da Revolução Francesa e ao mesmo tempo configurava-se como a imagem de um novo Brasil politicamente em vias de separar-se ou já destacado da antiga Metrópole”. Mário Barata, in Sérgio Buarque de Holanda, História Geral da Civilização Brasileira, vol. V, p. 411.

Tomando como referência a reflexão acima, caracterize o neoclassicismo que, aos poucos, se tornou a arte oficial do Império.

Mário Gustavo Mottin (20/20)

Da mesma forma que a Revolução Francesa opôs-se ao arbítrio dos regimes absolutistas, inaugurando uma nova fase da política (“*ex-parte populi*”, como sugere Celso Lafer) em que os indivíduos gozam de liberdades em face do Estado, o neoclassicismo – estética gestada nas revoluções burguesas – se contrapõe ao barroco e à sua exacerbação, o rococó, característicos do absolutismo. Essas últimas estéticas coadunavam-se perfeitamente com os regimes absolutistas, trazendo pompa e suntuosidade para os governos fundados no direito divino através de suas formas rebuscadas. O neoclassicismo, ao contrário, tinha como característica a clareza e a retidão das formas definidas por linhas precisas.

A inspiração era a antigüidade clássica greco-romana e o suporte ideológico era o iluminismo do século XVIII. O neoclassicismo, como estética das revoluções burguesas e do iluminismo, tinha como missão assinalar uma nova arte, nova forma de expressão, baseada na razão e capaz de “tirar o homem da menoridade” que vivera até então. Da mesma forma que o neoclassicismo marca essa ruptura entre o Antigo Regime e a nova ordem decorrente das revoluções burguesas, no Brasil, essa estética veio a assinalar a transição da Colônia para o status de centro do Império, tornando-se a própria metrópole, e, subseqüentemente para a condição de Estado independente. Esse processo iniciou-se em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil. Naquele momento, a colônia tornou-se o centro do Império Colonial Português, ou seja, a própria metrópole, havendo a quebra do

Com base nesse discurso, discuta sobre os principais componentes do discurso ideológico dominante no centro político do Estado brasileiro entre 1937 e 1945.

Carlos Fernando Gallinal Cuenca (17/20)

O discurso ideológico dominante durante o Estado Novo é fruto do conturbado processo político pós-Revolução de 1930, marcado por crescente polarização interna num contexto de radicalização ideológica internacional. Os valores do anticomunismo, do autoritarismo, da centralização, da industrialização e do trabalhismo são a tônica do regime, sintetizadas pela noção de "autoridade" mencionada por Vargas no dia do golpe que instaurou o Estado Novo. No entanto, a menção ao valor "liberdade" indica a necessidade de satisfazer os grupos políticos "liberais" vinculados ao regime, e nunca excluídos do mesmo.

A Revolução Constitucionalista de 1932, mesmo derrotada, representou importante impulso para a constitucionalização do regime de 30, o que finalmente ocorreu em 1934. O período que vai de 1934 (promulgação da constituição) até 1937 seria marcado por três fatores. Internacionalmente, pelo recrudescimento do radicalismo político e da oposição entre fascismo, à direita, e comunismo, à esquerda. Nacionalmente, esse processo se manifestaria na atuação de grupos políticos à margem do sistema político formal. A crescente importância da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, especialmente, o surgimento da Aliança Libertadora Nacional (ALN), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), foram percebidas pelo governo constitucional de Vargas como grave ameaça à ordem. No plano político formal, a aproximação de José Américo, candidato oficial do regime à presidência, a posições sindicalistas foi vista como um perigoso "frente" com o comunismo. Usando como pretexto a radicalização comunista, simbolizada pela Intentona Comunista de 1935 e o suposto Plano Cohen (de tomada revolucionária do poder pelos comunistas), Getúlio Vargas interrompe o processo democrático e instaura o Estado Novo, em 1937.

Institucionalizada por meio da Constituição de 1937 (a "Polaca"), a ordem política tem como características básicas centralização extrema de poderes na União – unitarismo de fato, apesar do federalismo nominal – e a concentração de poderes nas mãos do presidente, que fica autorizado a editar decretos-*lei*

"pacto colonial" que consubstanciou-se na Abertura dos Portos às Nações Amigas em 1808. Como centro do Império Português, o Brasil, mais especificamente o Rio de Janeiro, deveria corresponder a tal importância em termos de infra-estrutura. Assim, D. João VI vai iniciar um processo de construção da "nova metrópole": implementação projetos de saneamento, construção prédios públicos para comportar a estrutura administrativa do reino, fundação da Biblioteca Nacional, o Real Horto Florestal (Jardim Botânico). A cidade do Rio de Janeiro floresce. Esse florescimento é justamente revestido da estética neoclássica. Para marcar a mudança de status, D. João VI traz da Europa intelectuais e artistas que deveriam dinamizar o cenário cultural brasileiro.

Em 1816, vem ao Brasil a missão cultural francesa liderada por J. Lebreton, e composta por artistas plásticos como os irmãos Tanay e o arquiteto Grandjean de Montigny. Este último é encarregado de projetar os novos prédios públicos da cidade, revestindo-os da imponência e clareza das linhas característicos do neoclássicismo.

No período pós-independência, a influência do neoclássicismo francês vai gerar no Brasil uma arte acadêmica, limitada pelo rigor formal e "recebada" majoritariamente por temas ligados a fatos históricos, o que vinha ao encontro da necessidade de legitimação do novo Estado Nacional. No entanto, é forçoso reconhecer, que, como a metrópole foi "transmigrada" para o Brasil, o neoclássicismo foi também transplantado para nosso país. Outrosim, a produção artística resultante desse "transplante" consiste, verdadeiramente, em arte europeia, feita pelos próprios europeus ou feita por "gente da terra", mas seguindo sempre os padrões e parâmetros da estética originada no velho mundo.

03. Foi Getúlio Vargas quem declarou, no dia do golpe que instaurou o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937: "Restauramos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação – na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-lhe às influências desagregadoras internas e externas, - na sua liberdade, abrindo o plenário ao julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo..." Cf. Lourdes Sola, in Carlos Guilherme Mota, *Brasil em Perspectivas*, p.256.

independentemente de autorização do legislativo (não convocado durante o período) e pode remover juízes. Não há separação de fato entre os poderes.

O discurso proferido por Getúlio Vargas é ilustrativo das características centrais da ideologia do Estado Novo. Mas também revela a existência de segmentos relativamente divergentes no interior do regime.

Amparado pela aliança com segmentos que viam num regime autoritário o caminho para a estabilização política e a modernização econômica do país, Getúlio instaura um regime baseado na ordem. A ideologia dominante é claramente anticomunista. O autoritarismo do regime é uma resposta às “forças desagregadoras” representadas pelo inimigo interno – a ideologia comunista revolucionária. Mas representa também um último golpe sobre segmentos oligárquicos. Daí a ênfase na centralização, eliminando-se, com a nomeação de interventores, qualquer resquício de autonomia dos Estados. O trabalhismo, com a concessão de direitos sociais, tendo como marco a CLT (1943), é também um elemento de ordem, tutelando a cidadania dos trabalhadores e desmobilizando elementos mais radicais. Finalmente, o industrialismo aponta para o Estado como promotor – com ordem – do progresso econômico.

Convém notar que o regime conviveu também com setores chamados de “liberais”. Embora participassem do regime, representavam importante contraposição às radicais concepções autoritárias. Esses setores são prestigiados no discurso de Vargas, que valoriza a noção de “liberdade”. Embora minoritários, esses segmentos, dos quais um dos mais destacados representantes foi Oswaldo Aranha, ajuda a explicar, no plano da política externa, a opção do Brasil, após a política pendular entre Estados Unidos e Alemanha, pela aliança com o primeiro na Segunda Guerra Mundial.

04. Uma das marcas do período que antecede a Grande Guerra (1914-1918) é a deteriorização das relações entre os Estados europeus. As crises internacionais no Marrocos e nos Balcãs tornam evidente a concorrência europeia por territórios, mercados e prestígio internacional. Essas questões puseram em xeque o equilíbrio de poder herdado da convivência europeia do século XIX.

Considerando essa afirmativa, responda:

a) Qual o peso das crises entre os Estados europeus no período em questão para a deflagração da Grande Guerra?

b) Quais as mudanças fundamentais verificadas, ao longo da Grande Guerra e ao final dela, na convivência europeia herdada do século XIX?

Jandyr Ferreira dos Santos Júnior (19/20)

A segunda metade do século XIX na Europa é marcada, no plano internacional, por um crescente atrito entre os Estados a partir da unificação da Alemanha. O surgimento de um Estado forte no coração da Europa contribui para o desequilíbrio do poder continental, fortalecido pela chama do nacionalismo que impulsionava ações imperialistas das grandes potências. Nesse contexto, coexistem os germes da futura Grande Guerra.

Ao promover a unificação alemã sob a liderança da Prússia, O. V. Bismarck tinha por objetivo manter o equilíbrio europeu e promover o isolamento da França, após a Guerra Franco-Prussiana de 1870. A conferência dos 3 imperadores (Império Austro-Húngaro, Alemanha e Rússia), promovida por Bismarck em Berlim, buscava uma união das monarquias europeias. Bismarck, porém, veria o quão difícil seria manter unidas Rússia e Austro-Hungria.

Ademais, a “Weltpolitik” do novo Kaiser Guilherme II opunha-se à visão da Alemanha como uma “potência saciada” de Bismarck. Nesse contexto, a construção de uma poderosa armada pelo kaiser, somada aos incidentes das crises do Marrocos que envolveram França e Inglaterra, iriam contribuir para a formação de um sistema de alianças contrárias à Alemanha. A competição por territórios e mercados nos marcos da expansão imperialista europeia transferia as rivalidades continentais para novos cenários.

A eclosão de uma guerra civil na Sérvia em 1903 marcaria o início do fim do concerto europeu pré I Guerra Mundial. Ao opor o Império Russo dotado de um espírito pan-eslavista e interessado nos estreitos de Bósforo e Dardanelos (pertencentes ao Império Turco Otomano), enfraquece-se a aliança do Império Austro-Húngaro com a Rússia e possibilita-se uma aliança franco-russa.

O cenário favorável permite também a “entente cordiale” de Eduardo VII com a França e a posterior aliança russo-britânica, apesar das rivalidades mútuas acerca dos estreitos citados. Formava-se então um sistema de alianças rivais à chamada Tríplice Aliança da Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Turco Otomano. A Guerra era apenas uma questão de momento.

Ao longo dos anos 1914-18, uma Guerra marcada pelo seu caráter sangüinário e de mobilização total dos aparates industriais nacionais marcou a Europa. Apesar da saída da Rússia em virtude da Revolução de Outubro de 1917, o conflito acabou por marcar o esfacelamento dos Impérios Austro-Húngaro e Turco Otomano. À Alemanha arrasada, apesar de advertências proféticas como as de Keynes em seu “the Economic Consequences of the Peace”, impuseram-se pesadas medidas (indenização e devolução da Alsácia-Lorena à França) que mantiveram vivos os germes do revanchismo.

A Conferência de Paris de 1919 representa, assim, o fim do concerto europeu de poder que manteve os Estados continentais em paz por longos anos. A esse esfacelamento devem-se atribuir parcelas de responsabilidade aos nacionalismos europeus que estimulavam rivalidades e atritos. O período entre guerras demonstraria o desequilíbrio da ordem de poder herdada da I Guerra Mundial.

05. Uma das características marcantes do fim do século XX é o desenvolvimento de novas formas de organização da economia e da vida social, especialmente associadas à globalização e à internacionalização de padrões de produção e consumo, com grande impacto sobre o papel do Estado e das relações internacionais.

Com base nessa assertiva, responda:

- a) Quais os impactos dessa nova realidade sobre as políticas internacionais dos grandes e pequenos Estados?
- c) Quais os grandes agentes da modernização econômica em curso e seu diferentes papéis na conformação dos novos ordenamentos globais?

Camile Nemitz Filippozzi (20/20)

A discussão teórico-acadêmica acerca da globalização divide-se, segundo David Held e Anthony McGrew, em três correntes fundamentais: céticos, hiperglobalistas e transformacionistas.

Conforme a visão empregada, ter-se-á uma resposta diferenciada para os impactos da globalização-internacionalização sobre as políticas internacionais dos grandes e pequenos Estados.

Para os céticos, a internacionalização da economia está longe de ser uma prerrogativa do fim do século XX: trata-se de processo em curso já há muitos anos, sendo que o final do século XIX apresentava igualmente alto grau de internacionalização econômica. Não haveria, portanto, uma nova realidade frente a qual os grandes e pequenos Estados devam se posicionar.

Já os hiperglobalistas ocupam o outro extremo da questão: tudo mudou! A compressão tempo-espaço e os avanços tecnológicos são de tal ordem que estaríamos vivendo um momento de ruptura, o que seria, segundo o tempo histórico de F. Braudel, um momento de longa duração. Diante dessa nova realidade, o Estado-Nação soberano sofre golpes de todos os lados. Tem, em suma, sua importância relativizada-la.

Por último, há os transformacionistas – aparentemente a visão mais coerente – os quais consideram ser esse um momento de transformações, de adaptações. Confrontado com as novas formas de organização da economia e da vida, os Estados mantêm-se soberanos, mas devem aprender a lidar com os novos atores, tanto interna quanto externamente. A idéia do Estado coeso e unitário é posta em xeque dada essa nova realidade.

Da perspectiva das políticas internacionais dos grandes e pequenos Estados, deve-se ter claro que a globalização cria riscos e oportunidades, sendo que a inserção de cada Estado no sistema internacional depende das suas credenciais internas e externas e das suas condições de competitividade global. Como exemplo disso, teríamos um grande número de países africanos, cada vez mais excluídos do processo de globalização, por faltarem-lhes as condições para uma inserção competitiva no sistema internacional.

Do ponto de vista dos grandes Estados, não há dúvida das vantagens que esses têm auferido com a nova realidade globalizante, em termos de crescimento econômico-financeiro. Nos pontos onde a globalização os deixaria mais vulneráveis – como segurança internacional, meio ambiente, terrorismo – dada a interdependência do sistema, eles têm incentivado a construção de macro-estruturas reguladoras, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), com o intuito de trazer maior estabilidade ao sistema internacional, o que seria também um desejo dos pequenos e médios Estados.

Em relação aos grandes agentes da modernização econômica em curso, encontramos as macro-estruturas reguladoras, como a OMC, o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional); os blocos regionais, como MERCOSUL, NAFTA e APEC, que aumentam a economia de escala dos países-membros, a tecnologia de ponta (nova divisão internacional do trabalho entre os que detêm essa tecnologia e os que dela dependem) e o capital financeiro. Por último, temos os Estados como agentes fundamentais da modernização econômica, afinal são eles que regulamentam a desregulamentação econômico-financeira ora em curso.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

- 1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.
 - 1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
 - 1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
 - 1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
 - 1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
 - 1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.
- 2 - A Formação Territorial do Brasil.
 - 2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).
 - 2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
 - 2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
 - 2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
 - 2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
 - 2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
 - 2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.
- 3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.
 - 3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.

3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

- BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTRO, Iná Elias et alli. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GREGORY, Derek et alli. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1995.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

- BECKER, Bertha *et alii*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CAVALCANTI, Clóvis et alli. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.
- LAVINAS, Lena *et alii*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- . *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton *et alii*. *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
- SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
- SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1. Processos de ocupação e povoamento distintos terminaram por produzir, no Brasil meridional, quatro modelos de aproveitamento agrário bem demarcados. Quais são eles e onde se localizam genericamente?

Mário Gustavo Mottin (20/20)

O processo de ocupação e povoamento do Brasil meridional teve como “mola propulsora” o interesse português em garantir presença em uma região de importância estratégica: a Bacia do Prata, escoadouro do ouro e prata peruano e boliviano e possível comunicação do Brasil litorâneo com o seu interior. Seguindo essa lógica, deu-se a fundação da Colônia do Sacramento e a ocupação da “Província de São Pedro”. A região que hoje corresponde à “metade sul” do Rio Grande do Sul foi ocupada com fins de assegurar a posse do território. Os responsáveis por essa tarefa, dispersos pelo pampa gaúcho, acabaram por desenvolver como atividade econômica a pecuária extensiva, o que determinou um primeiro modelo de aproveitamento agrário no Brasil meridional. Assim, os estancieiros gaúchos ocuparam grandes extensões de terra.

A adequação dos campos gaúchos para a criação do gado (o “pampa” gaúcho constituído de, campos limpos, consistia em pastagem natural) fizeram com que essa economia agrária regional se desenvolvesse sempre com pouco investimento. A pecuária extensiva gaúcha direcionou-se majoritariamente para a produção de charque, primeiramente, para a economia mineradora do Brasil central e, mais tarde, para a cafeicultura fluminense e paulista.

Uma segunda forma de aproveitamento agrário foi determinada pela imigração açoriana para regiões como as atuais cidades de Rio Grande e Porto Alegre. Esses imigrantes ocuparam, a partir do litoral gaúcho, as áreas de mais fácil acesso, ou seja, o entorno do estuário do Guaíba e as faixas adjacentes ao rio

Jacuí. A atividade econômica agrícola se desenvolveu baseada na policultura, visando majoritariamente ao abastecimento da província e ocupava médias propriedades, tendo como base a tradição das ilhas Atlânticas. Um terceiro tipo de aproveitamento vai-se conformar a partir das imigrações européias do século XIX. É especialmente característica a ocupação das encostas do Planalto Meridional no atual estado do Rio Grande do Sul, a “Serra Gaúcha”, por imigrantes italianos e alemães.

A ocupação por italianos nas áreas que hoje são as cidades de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves deu-se com base na pequena propriedade sustentada por trabalho familiar. É marcante traço a policultura, para subsistência, mas principalmente para gerar excedentes que deveriam abastecer, inicialmente, a província e, mais tarde, todo o Centro-Sul. A região acabou se destacando pela produção de vinhos, tendo como base a tradição dos imigrantes. O parcelamento da pequena propriedade foi capaz de, por um bom tempo, fixar o homem no meio rural, mas, com o passar do tempo, a situação tornou-se insustentável, ocasionando o êxodo rural. Um quarto modelo de aproveitamento agrário na região meridional, finalmente, consiste no extravasamento da economia cafeeira de São Paulo em direção ao noroeste do Paraná, área hoje polarizada por Londrina. Caracterizam esse modelo a grande propriedade monocultora com base no trabalho assalariado.

A fertilidade dos solos paranaenses (“terra-roxa”, resultante da decomposição de rochas basálticas) foi elemento determinante no sucesso do empreendimento. É necessário dizer, à guisa de conclusão, que esses quatro modelos de aproveitamento agrário clássicos da região meridional foram se modificando com a emergência de novas realidades, como a mecanização da agricultura, o crescimento da indústria na região, etc. Ilustra a assertiva o fato de que áreas policultoras do norte do RS (Juí, Santa Rosa, etc) e do Vale do Jacuí sofreram recentemente processo de concentração fundiária e abrigam hoje enormes extensões monocultoras (de soja, no primeiro caso, e de arroz, no segundo).

2. Os “eixos de desenvolvimento” substituíram nos últimos anos os antigos “pólos”, como fatores de indução do crescimento econômico regional. Para o caso da Amazônia, cite dois destes “eixos”, esclarecendo em que medida se articulam e ao mesmo tempo se diferenciam dos referidos “pólos”.

Rodrigo Estrela de Carvalho (20/20)

Num país de dimensões continentais e disparidades regionais gritantes como o Brasil, não surpreende que se tenham desenvolvido, pelo Estado, ao longo da história, mecanismos de intervenção essencialmente política – dado que vão além da crença nas “forças do mercado” – no sentido de, por um lado, diminuir as disparidades e, por outro, garantir a expansão do espaço da Nação (que neste caso difere da noção de território), dotando-o de uma funcionalidade garantidora da possibilidade de reprodução do capital. Um marco desta intervenção é a criação da SUDENE, no fim da década de 50. Mas é nos governos militares que este processo se acelera, com a divisão do Brasil em macrorregiões (o IBGE já o fazia desde a década de 40, mas é com criação das agências, como a SUDAM, SUDECO e SUDESUL, que as macrorregiões assumem importância decisiva planejamento) e, mais tarde, a partir da década de 70, com a adoção na concepção perrouxiana de “pólos de crescimento”.

De acordo com Perroux, o espaço da economia nacional é aquele delimitado pelas decisões dos agentes econômicos. Neste contexto, existem áreas que funcionam como pontos de convergência e/ou irradiação destes fluxos – os “pólos”. A tarefa do Estado seria intervir na criação destes pólos, necessários ao desenvolvimento de certas regiões (seu efeito seria o mesmo, segundo Cláudio Egler, de uma inovação Schumpeteriana na economia). Exemplos desta política são o polo petroquímico de Camaçari (BA) e a zona franca de Manaus (AM). Não há dúvidas de que iniciativas como estas transformaram suas respectivas regiões, mas hoje a estratégia dos pólos enfrenta resistências por um série de razões:

1) eram empreendimentos onde o Estado participava ativamente como “empresário”, diretamente ou mediante suas empresas estatais, com fortes incentivos fiscais, o que na atual crise fiscal do Estado torna-se improvável;

2) os pólos acabavam produzindo um processo de “concentração na desconcentração”; ou seja, sua capacidade de irradiação era superestimada (um exemplo é a “metropolização” da área dos pólos, com efeitos pouco significativos sobre o resto da economia da região, Salvador é um exemplo).

Os “eixos de desenvolvimento” procuram superar estes problemas, a partir da articulação ou rearticulação de áreas já consideradas atraentes pela iniciativa privada. Não se trata mais de “criar” um pólo, mas de articular um eixo onde os fluxos de mercadorias e capitais possam se dar, superando as rugosidades do espaço. O Estado atua como indutor dos investimentos e, mesmo nas obras da infra-estrutura, conta com a participação da iniciativa privada. A ênfase, portanto, é na circulação, e não na produção (esta fica a cargo da iniciativa empresarial) – como era nos pólos. Daí a importância das obras de transporte e energia.

Na região Norte podemos citar o “eixo norte” e o “eixo Araguaia-Tocantins”. O primeiro articula-se basicamente através da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, e daí segue até a fronteira (marco BV-8) com Santa Elena do Uaiare na Venezuela. Trata-se, portanto, de uma saída para o Caribe que facilitará o escoamento da produção agrícola da região de RR. Por outro lado, dá-se também a integração energética com a Venezuela, a partir dos cabos de transmissão de Guri, com o objetivo de levar energia à Roraima. A integração com a Venezuela é, também, parte do projeto de formação da ALCSA.

Já o “eixo Araguaia-Tocantins” articula regiões produtoras de CO, NE, e N. A hidrovia do Araguaia-Tocantins, interligada com a ferrovia Norte-Sul e com a Estrada de Ferro Carajás, além da malha ferroviária do NE (transnordestina, transversal nordestina), garante transporte multimodal para a produção de grãos da Amazônia Legal (região de MT e TO), e do NE (oeste da Bahia, sul do Maranhão), até o Porto do Itaquí. Trata-se de um eixo que se articula com um antigo pólo: o Projeto Grande Carajás, a partir da utilização de sua ferrovia. Outro eixo na Amazônia se articula-se pela hidrovia Madeira-Amazonas até o porto de Itacoatiara (que pode receber graneleiros transoceânicos) – escoando a produção de grãos de RO.

Percebe-se, portanto, que os eixos de desenvolvimento se configuram como a consolidação da infra-estrutura necessária à inserção de suas regiões ao mercado mundial. Geógrafos como Tania Bacelar (“rumo à desintegração competitiva”. In:

Redescobrimo o Brasil 500 anos depois) sustentam que tal ênfase na inserção direta das regiões no mercado internacional, como regiões apenas de exportação de produtos primários, pode ser negativa do ponto de vista da integração do mercado nacional. Outro problema refere-se à capacidade de os eixos promoverem transformações econômicas reais ou reproduzirem a concentração dos pólos: há indicações de que tais experiências tendem a concentrar seus efeitos nas “extremidades” dos eixos. Outra questão, não resolvida, refere-se ao financiamento dos projetos. Ainda é cedo para saber se a participação da iniciativa privada será realmente efetiva. Trata-se, contudo, de uma inovação no planejamento brasileiro, cujos resultados só saberemos nos próximos anos.

3. Vários autores consideram que já se encontra em processo de estruturação a primeira megalópole ou macro-metrópole brasileira. Indique sua abrangência espacial e aponte o sentido prioritário de sua expansão, explicando as razões de seu dinamismo.

Eduardo Pereira e Ferreira (20/20)

As megalópoles – como a Boston-Nova York-Washington ou a Tóquio-Osaka-Kitakyushu – se caracterizam por um processo de intensa urbanização e industrialização ao longo de um eixo rodoviário e ferroviário. Formam-se grandes áreas de conurbação em torno das cidades-pólos, além de uma grande “coleção de subúrbios” nas vizinhanças dessas.

No Brasil, alguns autores, como William Vesentini, apontam a formação de uma megalópole ao longo do eixo que liga Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, a “megalópole” brasileira possui algumas características que a distinguem das suas congêneres americana e japonesa. Ela não tem, por exemplo, uma ligação ferroviária eficiente entre as cidades-pólos (não há um “trem-bala” como o que interliga os centros urbanos da megalópole japonesa). Além disso, os “subúrbios” que cercam as cidades-pólos da megalópole brasileira são bolsões de pobreza, e não centros residenciais de classe média e média-alta como nos Estados Unidos. Apesar disso, é impossível negar a pujança do eixo brasileiro.

A megalópole brasileira tem as suas origens na expansão cafeeira que se iniciou já nas primeiras décadas do século XIX. O avanço do café pelo Vale do Paraíba e, depois, para o oeste de São Paulo, transformou a cidade de São Paulo em um grande pólo urbano. O Rio de Janeiro – além das prerrogativas de capital nacional – passou também a contar com a riqueza do café.

O processo de industrialização começou já nos últimos anos do século XIX, beneficiado pelo dinheiro gerado pela economia cafeeira. Nas décadas de 1940 e 1950, a implantação de grandes siderúrgicas (a CSN, em Volta Redonda, e a Cosipa, em Cubatão) deram forte impulso à indústria de base. Na década de 1950, a instalação da indústria automobilística em São Paulo (no ABCD) acentuou ainda mais o processo de urbanização, atraindo grandes contingentes de migrantes (especialmente nordestinos). A exploração da farta mão-de-obra barata acentuava o desnível social e alimentava os bolsões de pobreza.

A instalação da indústria petroquímica, a partir da década de 1950 (tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo), também funcionou como mola propulsora do binômio urbanização-industrialização – que trouxe consigo outro binômio: proletarização-poluição.

O processo de formação da megalópole avançou rápido ao longo das décadas de 60, 70, e 80. Ao longo dos eixos rodoviários – Via Dutra, entre São Paulo e Rio, e o sistema Anhangüera-Bandeirantes, entre São Paulo e Campinas – foram crescendo grandes centros urbanos e industriais, como Jundiaí, São José dos Campos, Guaratinguetá, Resende.

A partir do final da década de 80, e principalmente ao longo da década de 90, surge um fator de desconcentração das cidades-pólos, no sentido de uma maior dispersão do binômio urbanização-industrialização ao longo do eixo. A chamada “deseconomia de escala” (excessiva aglomeração, estrangulamento do sistema de transporte, elevação acentuada do preço dos terrenos, aumento da poluição) impôs um crescimento relativamente menor das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio. É o que o geógrafo Milton Santos denominou de “involução metropolitana”.

Simultaneamente, a expansão maior passou a se dar em torno dos “pólos tecnológicos”, propiciando a instalação de empresas de alta tecnologia em centros como Campinas e São José dos Campos. Para Campinas se dirigiram empresas das áreas de microeletrônica e biotecnologia, atraídas pelos centros de pesquisa da

Unicamp. Em torno de São José dos Campos, formou-se um pólo voltado para a indústria aeroespacial, propiciado por instituições como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

4. O mapa político da Europa tem-se modificado com velocidade maior do que a de outros continentes. Para alguns, isso poderia sugerir que, ao contrário do que se costumava dizer, as nações ali não representam um a realidade inteiramente consolidada. A partir dessa idéia, procure relacionar os movimentos recentes de coesão e fragmentação a que tem assistido o “Velho Mundo”.

Luís Alexandre Iansen de Sant’Ana (20/20)

Na Europa os fenômenos de regionalização e mundialização sugerem que ali as nações não representam uma realidade inteiramente consolidada. Por um lado, a União Européia procura criar uma pátria para os europeus. Avançou-se na criação de uma moeda comum, um passaporte comum, foi garantido o “direito de ir e vir” para os seus membros e, por fim, foram criadas estruturas políticas como o parlamento europeu, que vai além do tradicional estado-nação. Por outro lado, o fim do comunismo soviético na URSS e no leste europeu permitiu que velhos ódios raciais e religiosos viessem à tona. Esse fenômeno fica patente na instabilidade crônica dos Balcãs, que se manifesta hoje na ex-Iugoslávia.

Os conceitos de verticalidade e horizontalidade desenvolvidos pelo professor Milton Santos são bastante úteis para entender o fenômeno de coesão e fragmentação. Na União Européia, regiões de estados-nação já consolidados reclamam por maior autonomia e mais independência. Poder-se-ia dizer que a Catalunha na Espanha tem mais relações verticais com o mercado europeu do que horizontais com as regiões vizinhas. Com efeito, a União Européia faz com que estados como a Espanha percam coesão. O mesmo ocorre com a França em relação à Córsega. Na Itália tem-se algo semelhante com a chamada liga norte, que quer construir uma fronteira entre italianos ricos do norte e italianos pobres do sul. Nesse caso, a falta de coesão ocorre devido a fatores econômicos.

Na ex-Iugoslávia, contudo, o fenômeno de fragmentação está ligado ao que Huntington chamaria de “choque entre civilizações”. Com o esfacelamento da ideologia, croatas (católicos), sérvios (ortodoxos) e bósnios muçulmanos começaram uma guerra genocida, não obstante em termos étnicos e lingüísticos sejam praticamente o mesmo povo.

Na URSS, alguns autores dizem que a sua fragmentação foi o último suspiro do Império Russo. De fato, foi o momento em que o “near abroad” da Rússia conquistou a independência junto à Moscou. Segundo esses autores a ideologia comunista teria sido usada para mascarar as ambições imperiais russas.

Por fim, mesmo a Alemanha unificada tem dificuldades em integrar os antigos habitantes da Alemanha Oriental. Com efeito, até o país de Ratzel tem dificuldades em implementar o conceito de “ein Land, ein Volk”.

5. Embora considerada por muitos como “fora da nova ordem mundial”, a África estaria, segundo alguns analistas, sendo fonte de perturbação de um dos pilares ideológicos do “mundo globalizado e sem fronteiras”, ao ver-se colocado em xeque o “direito de ir e vir”. Desenvolva as possibilidades de aumento ou diminuição dos movimentos migratórios intra e extra-africanos nos próximos anos.

Pablo Duarte Cardoso (20/20)

O considerável fluxo de pessoas que caracteriza as migrações – espontâneas ou forçadas – no continente africano vem colocando em risco a estabilidade de várias nações do continente. Em alguns países, um afluxo excepcional de fugitivos da guerra, da pobreza e da fome chega a pôr em risco a composição demográfica de Estados que se mantêm em equilíbrio precário entre etnias rivais. A carência de meios com que atender às mais mínimas necessidades de imigrantes e refugiados, ademais, lança consideráveis dúvidas sobre a possibilidade econômica da concessão de abrigo a grandes contingentes humanos.

Diante de dificuldades de tal monta, as fronteiras se fecham aos vizinhos, e populações vitimadas pela guerra e pela penúria são relegadas à própria sorte.

A tendência revela-se tanto mais grave quanto mais se levar em conta que a maioria dos movimentos migratórios se dá entre nações periféricas, e não no sentido Terceiro-Mundo – Primeiro Mundo. No entanto, a alternativa que se apresenta aos imigrantes potenciais – ser acolhidos por uma próspera nação do Primeiro Mundo – é igualmente desalentadora. Após uma época em que populações envelhecidas precisavam do aporte do imigrante para manter em funcionamento suas fábricas, para realizar os serviços mal remunerados, a revolução do meio técnico-científico criou um modelo econômico que prescinde cada vez mais de mão-de-obra. Recesos do desemprego, os povos das nações mais prósperas pressionam por legislações cada vez mais restritivas à imigração. Em ambientes carregados de xenofobia, fortalece-se a retórica racista de partidos como o Front National francês ou o Freiheitliche Partei Österreichs austríaco.

Talvez as restrições ao imigrante europeu se tornassem menos rígidas se a perspectiva fosse de um afluxo moderado de pessoas. Todavia, as guerras que sobejam no continente – no antigo Zaire, em Serra Leoa, em Ruanda e Burundi, entre a Etiópia e a Eritreia – desautorizam qualquer previsão nesse sentido. A contigüidade entre as nações africanas talvez continue permitindo que o movimento transfronteiriço dos refugiados se faça – como tem sido feito – a despeito das restrições e da inexistência de meios materiais para recebê-los. Todavia, o ingresso de números significativos de africanos em países de outros continentes é possibilidade remota.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito consistirá de cinco questões dissertativas. A banca examinadora levará em conta sobretudo o poder de argumentação do candidato. Tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta, o examinado deverá responder de forma objetiva. A citação de tal ou qual autor deve, pois, ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele/ela deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores buscaram apontar livros atualizados e de fácil acesso. Evitou-se a indicação de autores estrangeiros não traduzidos para o português. Trata-se de prova de noções de Direito. Assim, a banca ateve-se ao indispensável. O candidato, por óbvio, poderá lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem determinado ponto do programa.

Programa:

1. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
2. Constituição. Conceito. Classificações. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
3. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico.
4. Personalidade jurídica no Direito brasileiro.
5. Estado. Características. Elementos. Soberania. Formas de Estado. Confederação. República e monarquia. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito.
6. Condição jurídica dos Estados. Direitos e deveres dos Estados.
7. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Deportação. Expulsão. Extradicação.
8. A organização dos Poderes no Direito brasileiro.

9. Processo legislativo brasileiro.
10. Princípios fundamentais da Constituição de 1988.
11. Direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988.
12. Noções de organização do Estado na Constituição de 1988: competências da União, dos Estados-membros e dos Municípios. Características do Distrito Federal.
13. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração Pública e dos servidores públicos. O controle da legalidade dos atos da Administração
14. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.
15. Direito internacional dos direitos humanos. Proteção (âmbito internacional e regional).
16. Caráter jurídico do direito internacional público. Fundamento de validade da norma jurídica internacional. Direito internacional público e direito interno.
17. Fontes do direito internacional público. Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Atos unilaterais do Estado. Decisões das organizações internacionais. Normas imperativas (*jus cogens*).
18. Sujeitos do direito internacional. Estados (Conceito. Constituição. Reconhecimento do Estado e do Governo. Sucessão. Responsabilidade internacional. Jurisdição e imunidade à jurisdição internacional. Diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades). Organizações internacionais (Definição. Elementos constitutivos. Classificação. Personalidade jurídica. ONU). Santa Sé.
19. Solução pacífica de controvérsias internacionais. Meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais

Bibliografia:

(i) documentos:

- Constituição da República Federativa do Brasil (1988)
 Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945)
 Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)
 Convenção de Viena sobre relações diplomáticas (1961)
 Convenção de Viena sobre relações consulares (1963)
 Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969)

(ii) livros:

- ACCIOLY, Hildebrando & Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. *Manual de Direito Internacional Público*, 14.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato - Noções de Direito*, FUNAG, Brasília, 1995.
- BERTRAND, Maurice. *A ONU*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10^o ed. Brasília: Ed. UnB, 1999.
- BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*, 3^o ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- _____. *Curso de direito constitucional*. 10^o ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BROWMLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 12^o ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- JO, Hee Moon. *Introdução ao direito internacional*. São Paulo: LTr, 2000.
- MELLO, Celso Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*, 12.^a ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- _____. *Direito constitucional internacional*. 2^o ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 12.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 8^o ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. *Direitos humanos fundamentais*. 3^o ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler & Alain Pellet. *Direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.
- RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e Relações Internacionais*. 6^o ed. São Paulo: RT, 2000.
- REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, 25.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*, 8^a ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- SILVA, José Affonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 18^o ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

Exemplo de prova

A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 (quarenta) linhas.
Valor de cada questão: 20 pontos.

1. Imagine que a República Democrática de Alobônia e o Reino de Songa concluíam tratado bilateral em que Songa se compromete a importar determinados produtos manufaturados da mencionada República. Referida convenção é aprovada pelo parlamento do Reino. Após, ela é ratificada e incorporada ao ordenamento jurídico do país. Ocorre que a opinião pública local tem notícia de que as manufaturas importadas são fabricadas por crianças em campos de trabalho forçado. A indignação é geral.

O governo de Songa diz não conhecer os fatos. No entanto, à vista da gravidade das acusações, as autoridades locais decidem desvincular o Reino do tratado. Alobônia reprova, de modo contundente, a decisão. Argumenta que a forma de fabricação é irrelevante. Pondera que o texto pactuado é silente quanto à origem do produto. Diz, em síntese, que o pactuado deve ser obedecido (*pacta sunt servanda*). Pede-se ao candidato que redija, na condição de consultor jurídico da chancelaria do Reino de Songa, parecer sobre a questão para orientar decisão final de seu governo.

Cristiano Franco Bebert (20/20)

É regra consagrada de direito internacional público que um país não pode eximir-se das obrigações assumidas, na esfera internacional, alegando norma de direito interno.

No caso em tela, porém, trata-se da violação dos direitos humanos, do desrespeito às normas internacionais que proíbem o trabalho desumano ou degradante.

Em sua defesa, a República Democrática de Alobônia alega o princípio do “pacta sunt servanda”. Ora, se é verdade que os tratados devem ser cumpridos, também é certo que a ocorrência ou o desconhecimento de determinadas circunstâncias – diferentes daquelas, sob as quais se quis pactuar – desobrigam as partes (“rebus sic stantibus”).

Diante do exposto, percebe-se que o Reino de Songa pode decidir pela denúncia do tratado, sob o argumento de que a sua execução implicará violação das normas internacionais que protegem os direitos humanos

2. Considere o seguinte texto:

“É fundamental a redução a escrito do costume internacional. Na realidade, se é difícil apercebermo-nos, com clareza, de quais as práticas seguidas pelos Estados, ainda mais onerosa é a tarefa de descoberta da intenção de juridicidade de tais práticas. Entretanto, podemos hoje dizer que muito foi feito no sentido da clarificação do costume internacional”.

Comente, argumentando a favor ou contra, o que é afirmado.

Pablo Duarte Cardoso (20/20)

Embora sem deixar de reconhecer a conveniência de, sempre que possível, os costumes internacionais serem reduzidos a escrito, ganhando em densidade jurídica, é forçoso concluir que a tarefa propugnada pelo autor da declaração se afigura impossível, se levada a extremos. Costumes internacionais juridicamente relevantes não são apenas aqueles observados unanimemente pela comunidade internacional, consciente de sua obrigatoriedade. Costumes há que vigem apenas em região determinada, ou somente entre alguns Estados, e nem por isso sua observância se torna menos obrigatória. As dimensões assombrosas que assume o direito consuetudinário internacional, a infinidade de normas que ele abrange tornam esforço inútil tentar reduzi-lo a termo em sua totalidade.

É óbvio que, onde as regras costumeiras se revelem unânimes, ou onde a transcendência de alguns princípios o justifique, o esforço de codificação do costume internacional é tarefa de inegável valia, por dissipar as dúvidas porventura existentes acerca da obrigatoriedade das normas em questão, por esclarecer tratar-se de regras juridicamente vinculantes, e não de usos observados por mero protocolo. É o que vem sendo feito desde meados do presente século, com a proliferação de organizações internacionais voltadas para os mais distintos temas. Exemplos emblemáticos desse esforço constituem as convenções sobre o Direitos dos Tratados e sobre as Imunidades Diplomáticas.

É importante que se ressalte, todavia, que a mera redução a termo dos costumes internacionais não garante às normas por eles consagradas visos de perenidade. Uma vez que não há hierarquia entre as fontes de direito internacional – é esta a inteligência do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça –, nada obsta a que novo costume se desenvolva em sentido contrário ao do antigo, agora tornado tratado, e, portanto, o revogue. Ou seja, nada impede que o texto legal caia em desuso por contrário a novo costume, tão vinculante como o primeiro o fora a seu tempo.

3. Suponha que, em determinado Estado da Federação brasileira, esteja para ser aprovada emenda à Constituição estadual, instituindo chefia dual do Poder Executivo local. Ela seria composta do governador do Estado e do chefe do governo. A este incumbiria delinear e executar a política do governo do Estado; ao governador, caberia apenas sancionar as leis votadas e exercer funções de representação. De acordo com a emenda, o chefe do Governo poderia ser afastado do cargo, se contra ele viesse a ser aprovada, por maioria qualificada, moção de desconfiança na Assembléia Legislativa. A emenda preveria, ainda, a possibilidade de o chefe do governo, em certas circunstâncias, dissolver a Assembléia Legislativa e convocar eleições gerais. Analise a legitimidade constitucional de tal proposta.

Eduardo Uziel (19/20)

A proposta de emenda parece padecer de ilegitimidade frente à Constituição Federal por diversos motivos. Cabe somente à Constituição Federal, que tem poder soberano, determinar a forma de governo adotada pelo país (se parlamentarista ou presidencialista) e o número de titulares do poder executivo. Os Estados, entidades autônomas mas não soberanas, podem apenas organizar-se nos moldes previstos pela Carta Magna. Esta decidiu pelo presidencialismo, no qual a chefia do executivo cabe só ao presidente, e os Estados devem buscar uma organização que reproduza a federal, sem competência para instituir o executivo dual. Como ressalta José Afonso da Silva, as características acima foram confirmadas pela vontade popular expressa em plebiscito segundo o ADCT, art. 2º, realizado em 21/IV/1993.

Além do princípio lógico e interpretativo enunciado acima, a Constituição Federal faz referências textuais diversas aos governadores como chefes do poder executivo estadual. Não menciona nem mesmo a possibilidade de que seja instituído algum outro cargo que partilhe com o governador a titularidade do poder executivo estadual. Não é possível, logo, ao Estado criar tal cargo, uma vez que a Constituição Federal deixa clara a titularidade do poder executivo estadual e não menciona a possibilidade de seu desdobramento.

A idéia de “noção de desconfiança” e de dissolução de Assembléia Legislativa também podem ser vistas como inconstitucionais pois atentem contra a separação

dos poderes prevista no art. 1º da Constituição Federal e considerada “*clausula pétrea*” em face do previsto no artigo 60, § 4º da CF/88. A emenda, então, prevê relação entre o executivo e legislativo que não é aceita na esfera federal e atenta contra a independência e harmonia dos poderes. Soma-se a isso o fato de que as unidades da federação não são soberanas e que seria sem sentido um governador simbólico pois não há soberania a representar, como fazem presidentes e monarcas nos países parlamentaristas.

Dados esses fatores de inconstitucionalidade presentes na emenda analisada, cabe aos legitimados constitucionalmente propor Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, para que este declare a incompatibilidade da emenda proposta em vista da Constituição Federal.

3. No *Mercador de Veneza* (Shakespeare), o personagem Antônio obtém empréstimo do agiota Shylock sem juros, mas tendo como garantia uma libra da carne do devedor, que o credor poderia arrancar, a faca, de qualquer parte de seu corpo. Intérpretes da peça afirmam que Antônio teria assinado tal contrato tomando como mera brincadeira a garantia estabelecida. Como se sabe, no momento do vencimento da dívida, Antônio não logra saldá-la, e Shylock se prepara para cortar o devedor inadimplente. Portia, entretanto, intervém no drama e lembra que o contrato previa a retirada de tão somente uma libra de carne. A execução deveria ser feita, portanto, sem perda de sangue do devedor, que não fora objeto do pacto; do contrário, Shylock haveria de sofrer a pena de morte. O argumento inviabiliza a execução do cruento propósito de Shylock. À vista da disciplina dos atos e negócios jurídicos no direito brasileiro, e supondo que o episódio ocorresse no Brasil, que outra linha de argumentação jurídica você poderia desenvolver para impedir a execução pretendida por Shylock?

Cristiano Franco Bebert (20/20)

Na *Veneza* do século XV, até que se poderia admitir o corpo do devedor como garantia de cumprimento da obrigação, mas, no Brasil do século XX, “o patrimônio é a garantia dos credores”.

A dignidade da pessoa humana é um dos princípios basilares do ordenamento jurídico pátrio. Ademais, em seu art. 5º, a Constituição de 1988 proíbe a pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

À luz do Código Civil, pode-se afirmar que a cláusula que estabelece como garantia uma libra de carne do corpo de Antônio é nula de pleno direito. A referida cláusula incide sobre objeto ilícito (pois contraria o direito, a moral e os bons costumes) é impossível quer juridicamente, quer fisicamente (como se alguém pudesse extrair uma libra de carne de outrem sem derramar sangue).

Além disso, a cláusula em questão padece de vício de consentimento, pois, se se confirmar a tese de que Antônio teria tomado “como mera brincadeira” a garantia estabelecida, fica evidente que o devedor incidiu em erro. Há uma discrepância entre a vontade declarada e a vontade real, que era apenas a de brincar.

Trata-se de erro essencial (pois incide sobre a natureza do objeto em garantia) e escusável (em razão do absurdo da cláusula) que torna a aludida estipulação anulável.

Shylock, se fosse brasileiro, deveria, pois, procurar outro modo para efetuar a execução.

5. Imagine que você, já diplomata, seja abordado no exterior por determinada pessoa indignada com a leitura que fez no art. 5º, *caput*, da nossa Constituição. Tal dispositivo, abrindo o título dos Direitos Fundamentais, informa que todos são iguais perante a lei, “*garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes (...)*”. O indivíduo interpela-o, querendo saber como podem os estrangeiros não-residentes no país não serem titulares de direitos fundamentais no Brasil. Como você responderia à indagação?

Pablo Duarte Cardoso (20/20)

O fato de o caput do artigo 5º de nossa Constituição não incluir os estrangeiros não-residentes entre os beneficiários de suas disposições não significa que eles não gozem de direitos e garantias fundamentais no Brasil. Significa que

os direitos de que são titulares são regidos por normas outras, distintas das que se aplicam aos nacionais e estrangeiros residentes. Significa, também, que, no que concerne a eles, ao Poder Público é lícito estabelecer certas restrições, ou limitar o alcance de certos direitos – possibilidade, aliás, de que lançam mão todos os Estados soberanos do mundo.

Vigora, no Brasil, um Estatuto do Estrangeiro, que garante aos alienígenas, residentes ou não, todos os direitos elementares que lhes reconhecem as demais nações civilizadas. Nunca é inútil ressaltar, ademais, que o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais que ampliam esse rol de direitos mínimos dos estrangeiros, estando, portanto, obrigado a garantir sua observância, sob pena de sofrer as sanções decorrentes da prática de ilícito internacional.

Uma vez estabelecida tal proteção, é perfeitamente admissível e justo que se permita ao Estado soberano vedar ao estrangeiro não-residente a prática de certos atos que pudessem pôr em risco a soberania nacional. Assim é que ao Brasil é possível impedir a entrada de estrangeiro indesejado em solo pátrio, ou expulsar, a seu juízo discricionário, o que aqui se encontre (possibilidade que lhe assiste mesmo em relação ao estrangeiro residente). O reconhecimento de tais prerrogativas não permite ao Brasil, todavia, exercê-las de maneira arbitrária, draconiana. Convém ressaltar que há outros preceitos constitucionais basilares – como os que obrigam o Brasil a pautar sua conduta tendo em vista a “dignidade da pessoa humana” ou a prevalência dos direitos humanos – que se aplicam indistintamente a nacionais e estrangeiros, a residentes e não-residentes, estabelecendo limites à maneira como o Poder Público lança mão de suas prerrogativas.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas

guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

ABREU, M. P. *A ordem do progresso: 100 anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: princípios de micro e macro economia*. Editora Campus, 1999.

PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 1992.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense (publicado inicialmente em 1945).

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. *Economia*, trad. da 12.^a ed. norte-americana por M. M. Godinho, Lisboa, São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de

Substituição de Importações no Brasil" in: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato - Noções de Economia*. Brasília: FUNAG, 1996.

Exemplo de prova

1- Argumenta-se que o investimento privado, tanto doméstico como estrangeiro, é crucial para o crescimento econômico. Utilizando a identidade fundamental das contas nacionais, explique a relação existente entre um aumento das despesas do governo e a acumulação do estoque de capital da economia.

Marcelo Ramos Araújo (20/20)

Pela identidade fundamental das contas nacionais, numa economia aberta, temos que a renda agregada é determinada pela soma de consumo, investimento, despesas do governo e saldo na conta corrente do balanço de pagamento ($Y = C + I + G + X - M$). Sabemos ainda que renda disponível é igual à soma do consumo e da poupança privada doméstica e que, portanto, renda agregada equivale à soma de consumo, poupança privada doméstica e impostos ($Y = C + Sd + T$).

Substituindo esta segunda igualdade na primeira, temos: $I = Sd + (T - G) + (M - X)$. Isto significa que, em uma economia aberta, os recursos disponíveis para investimento, i.e., para aumento do estoque de capital, compõem-se da soma de três poupanças: doméstica (Sd), do governo ($T - G$) e externa ($M - X$). Esta última, constituída pelo fluxo líquido de entrada de bens e serviços no país (déficit em conta corrente), equivale a uma transferência de poupança do resto do mundo para a economia nacional.

Ora, se o excesso de arrecadação fiscal sobre gastos do governo ($T - G$) é um dos componentes do nível de investimento, é imediato que um aumento das despesas públicas implica, coeteris paribus, uma redução dos recursos disponíveis para investimento.

O nível de investimento só não irá cair se, para compensar a diminuição da poupança do governo, aumentar a poupança privada doméstica ou o déficit em transações correntes.

Em países como o Brasil, com graves persistentes problemas de déficit público ($T - G < 0$) é imprescindível para que se mantenha um nível satisfatório de acumulação do estoque de capital da economia, que os investimentos privados, possibilitados por recursos domésticos ou externos, compensem e superem a des poupança do governo.

2 – O ano de 1968 é considerado como o início do processo de abertura da economia brasileira que tentava buscar novas formas de crescimento por meio de alterações na política cambial e da criação do sistema de incentivos às exportações. Nesse contexto, e baseando-se na teoria da paridade de poder de compra, analise a política de minidesvalorizações cambiais, implementada no Brasil, a partir de agosto de 1968.

Carlos Frederico Bastos Peres da Silva (20/20)

A abertura da economia a partir do ano de 1968 partiu da constatação de que o processo de substituição de importações, que havia caracterizado o desenvolvimento industrial do país até então, dava já sinais claros de esgotamento. Assim, diversificação da estrutura produtiva do país (especialmente no setor de duráveis) e aprofundamento dos esforços de exportação eram prioridades para a recuperação do dinamismo econômico do país.

A política cambial adotada anteriormente ao ano de 1968 não favorecia o setor de exportações do país. As correções do câmbio nominal fixo ocorriam entre longos intervalos de tempo e sem padrão de frequência definidos, o que, associado ao diferencial de inflação entre Brasil e Estados Unidos (a inflação brasileira era superior) tinha pelo menos duas conseqüências sobre o setor externo.

Por um lado, ocorria a valorização da taxa de câmbio real brasileira, dificultando as exportações. Isto pode ser visto à partir da equação fundamental da paridade do poder de compra, onde a taxa de câmbio real (e) é função positiva

da taxa de câmbio nominal (E) e do nível de preços no exterior (P^*) e função negativa do nível de preços interno (P), ou seja ($e = E \cdot \frac{P^*}{P}$).

O diferencial de inflação a favor do Brasil levava a uma queda da relação $\frac{P^*}{P}$, acarretando a sobrevalorização do câmbio real. As desvalorizações do câmbio nominal, quando ocorriam, eram bruscas.

Por outro lado, a ausência de uma política cambial previsível também desestimulava as exportações, principalmente por meio do recurso às bruscas desvalorizações do câmbio nominal. A expectativa de desvalorização do câmbio levava exportadores a adiar suas exportações e a compras especulativas de dólar, além de aceleração das importações. Logo após a desvalorização eram realizadas as exportações e venda de dólares, criando um clima de especulação em torno do câmbio.

As minidesvalorizações após 1968 visavam reverter tal situação. As freqüentes e previsíveis desvalorizações do câmbio nominal proporcionalmente à inflação interna (superior à dos Estados Unidos) tinham dois efeitos principais.

Em primeiro lugar visavam impedir a valorização do câmbio real ao reverter os efeitos da inflação interna sobre este, garantindo a estabilidade da relação $\frac{P^*}{P}$, e até mesmo, permitindo seu aumento, o que configurava uma desvalorização do câmbio real, permitindo maior competitividade externa aos produtos nacionais.

Em segundo lugar (mas nem por isto menos importante), as freqüentes e previsíveis desvalorizações reduziram a instabilidade cambial no país, o que representou forte incentivo ao planejamento empresarial de longo prazo no setor exportador, fator fundamental para sua competitividade.

A política cambial pós-1968 contribuiu, assim, tanto qualitativamente (diversificação de pauta de exportações) quanto quantitativamente (aumento do volume de exportações), ao lado da criação de um sistema de incentivos à exportação, para seu fortalecimento.

- 3- “O desequilíbrio do setor público, no Brasil, contribui para deteriorar o Balanço Comercial, em virtude do seu impacto sobre as taxas de juros da economia e a conseqüente apreciação do real”. Explique a lógica econômica que embasa essa afirmação.

Cesar Augusto Vermiglio Bonamigo (20/20)

No caso em questão, três relações devem ser explicadas: 1) desequilíbrio no setor público gera aumento dos juros, 2) aumento dos juros causa apreciação do real e 3) apreciação do real afeta a balança comercial.

Inicialmente, deve-se notar que um desajuste nas contas do governo necessita ser financiado ou por aumento de tributos ou por captação de empréstimo no mercado interno ou externo (tendo em vista que, com as privatizações, o lucro das estatais perde importância como financiador do Estado). Dada a baixa credibilidade do Estado, tais empréstimos só podem ser obtidos a juros relativamente elevados.

A elevação dos juros atrai investidores externos, o que eleva a oferta de moeda estrangeira e, conseqüentemente, deprecia o câmbio, o que significa que o real torna-se mais forte.

Um real forte, por sua vez, encarece as exportações e torna as importações mais atrativas, decorrendo disso um aumento das importações e diminuição das exportações, o que configura um quadro de deterioração da balança comercial.

Dessa forma, se explica como o desequilíbrio do setor público contribui para deteriorar a Balança Comercial.

4- “A existência de estruturas de mercado monopolistas é mais provável quando as condições tecnológicas implicam custos médios decrescentes para níveis de produção capazes de atender, parcial ou totalmente, a demanda de mercado.” Avalie.

Marcelo Ramos Araújo (20/20)

O custo médio ou unitário é o custo total dividido pelo número de unidades produzidas. Sabemos que o custo total divide-se em uma parte fixa e outra que cresce em função da quantidade produzida. Então podemos escrever:

$$CMe = \frac{\text{Custo Fixo}}{q} + \frac{\text{Custo Variável}}{q}$$

A primeira parcela desta soma irá decrescer com o aumento da produção; já a segunda decrescerá até uma certa quantidade e a partir de então crescerá

e tornará o custo médio crescente. Isto decorre da lei dos rendimentos decrescentes: à medida que se cresce a produção é preciso usar cada vez mais fatores produtivos por unidade produzida, e o custo variável nada mais é que o gasto com fatores de produção (capital, terra, trabalho).

Se o custo médio é decrescente para quantidades altas o bastante para atender, ainda que parcialmente, a demanda, isto quer dizer que o custo fixo é muito alto e o custo variável relativamente irrelevante, ainda para as quantidades em questão.

Esta situação é conhecida em teoria econômica como monopólio natural: a produção que exige custo fixo muito elevado acaba por constituir uma barreira à entrada no mercado. É o caso, por exemplo, de uma grande usina hidrelétrica: o custo fixo é muito alto (construção da represa, compra de turbinas); o custo variável cresce muito pouco, mesmo para quantidades relativamente grandes de energia produzida.

Portanto, a afirmativa é certa ao dizer que custos médios decrescentes para quantidades suficientes para atender a demanda representam probabilidade mais alta de formação de monopólios. Neste caso, usualmente, para corrigir esta que é uma falha de mercado, o setor público toma para si a produção, evitando que um monopolista pudesse maximizar seu lucro racionando a oferta e cobrando preços altos.

5- “Embora as preferências sejam perfeitamente subjetivas, a maximização da utilidade requer que os bens sejam consumidos até o ponto em que a utilidade marginal da última unidade consumida é idêntica para os diferentes consumidores.” Discuta.

Carlos Frederico Bastos Peres da Silva (20/20)

A maximização da utilidade do consumidor espelha o problema fundamental da escassez de bens econômicos: o consumidor procura, dentro de sua restrição orçamentária, maximizar seu nível de satisfação de consumo a partir da escolha de um conjunto de bens específico e limitado, diante do desejo de satisfazer necessidades num nível que seria, na ausência de tal restrição, em muito superior aquele representado por referido conjunto de bens.

Teoricamente, o consumidor racional procuraria, assim, maximizar o valor de uma função matemática, a função utilidade (U), que representa os gostos e as prioridades do indivíduo. Tal função tem como argumentos (variáveis) as quantidades dos bens ofertados no mercado (X) e em função destes argumentos deve ser maximizada, sujeitando-se à restrição orçamentária representada por seu nível de renda (R). Matematicamente, o problema poderia ser expresso através do seguinte esquema:

· Maximize-se a função $U = U(X_1, \dots, X_n)$; X_1, \dots, X_n : = consumo de bem X_n .

· Sujeitando-se tal maximização à restrição orçamentária $R = \sum_{n=1}^n P_n \cdot X_n$, onde

P_n é o preço do bem n, e $\sum_{n=1}^n P_n \cdot X_n$ representa o gasto total com bens.

O solução deste problema de maximização é o tradicional resultado da teoria do consumidor que diz que o consumidor maximiza sua satisfação (utilidade) quando a relação entre a utilidade marginal do bem e seu preço é igual para todos os bens, ou seja,

$$\frac{UMgX_1}{P_1} = \frac{UMgX_2}{P_2} = \dots = \frac{UMgX_n}{P_n} . \text{ Tal resultado é, na verdade, intuitivo, e}$$

significa que o gasto de cada unidade monetária deverá sempre trazer um mesmo nível de satisfação ao consumidor. Se a utilidade marginal oriunda do gasto de uma unidade monetária com determinado bem for superior àquela obtida com o consumo dos outros bens, o consumidor não se encontrará numa situação de maximização de sua utilidade, devendo aumentar na margem o consumo daquele bem específico até que a utilidade marginal oriunda do gasto de uma unidade monetária com seu consumo caia até o nível daquela dos demais bens (em virtude da hipótese de utilidade marginal decrescente). Caso a utilidade marginal oriunda do gasto de uma unidade monetária com determinado bem seja inferior à dos outros, dá-se o processo inverso, ou seja, redução do consumo deste bem.

Indivíduos com gostos e preferências diferentes (funções U diferentes) terão relações $\frac{UMg}{P}$ diferentes, ao contrário do enunciado do problema.

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira de diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.